

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Rafael Martins Rodrigues**

**REALISMO MORAL NATURALISTA: PROBLEMAS  
SEMÂNTICOS**

**Rio de Janeiro**

**2010**

**Rafael Martins Rodrigues**

**REALISMO MORAL NATURALISTA: PROBLEMAS  
SEMÂNTICOS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Clara Marques Dias**

**Linha de Pesquisa: Filosofia Prática**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Rio de Janeiro – RJ**

**2010**

M386

Martins, Rafael

Realismo Moral Naturalista: Problemas Semânticos/Rafael Martins Rodrigues – Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia - UFRJ /IFCS, 2010, f.85

Orientador: Maria Clara Marques Dias

Dissertação (Mestrado) – UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. 2010.

Referências Bibliográficas: f. 85

1. Ética 2. Metaética. 3. Realismo Moral. 4. Naturalismo moral. 5. Semântica moral. I. Dias, Maria Clara M. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia Dissertação (Mestrado PPGF/IFCS/UFRJ) I.Título.

CDD 170

Nome do autor: Rafael Martins Rodrigues

Título: Realismo Moral Naturalista: Problemas Semânticos

Dissertação com objetivo de obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dissertação defendida e \_\_\_\_\_ com nota \_\_\_\_\_ pela  
Banca Examinadora constituída pelos Professores:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Clara Marques Dias (UFRJ)

---

Prof. Dr. Fernando Augusto da Rocha Rodrigues (UFRJ)

---

Prof. Dr. Mário Nogueira de Oliveira (UFOP)

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010

## Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a meu avô Moacir, minha avó Olívia, minha mãe Márcia, minha irmã Daniela, Mário Nogueira e Maria Clara.

Agradeço imensamente aos membros da banca, Prof. Mário Nogueira, Prof<sup>a</sup> Maria Clara e Prof. Fernando Rodrigues

Agradeço a Secretaria do PPGF

A vocês devo sincera e eterna gratidão

“O impasse humiano é o impasse humano”  
W.O. Quine. *Epistemologia Naturalizada*. 1980, p. 158

## RESUMO

MARTINS, Rafael. **Realismo Moral Naturalista: Problemas Semânticos**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia)—Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010 (orientador: Maria Clara Marques Dias)

As intuições sobre a fenomenologia moral nos mostram que a distinção metafísica entre as propriedades dependentes da mente e independentes da mente estabeleceu a distinção metaética entre a normatividade e a objetividade da ética. Tradicionalmente muitos argumentos foram construídos para mostrar que os realistas morais não conseguem explicar, através de um vocabulário naturalista, o processo de determinação da referência moral devido à disposição desiderativa considerada como parte necessária do significado dos termos morais. Esta dissertação avalia alguns argumentos anti-realistas como a tese ser-dever (lei de Hume), o argumento da estranheza, o argumento da relatividade e o argumento da questão aberta. Em seguida proponho a semântica elaborada pelo realismo de Cornell para responder a estes argumentos, especialmente o argumento da questão aberta. Entretanto, como o teste da Terra Gêmea Moral nos mostra, a semântica proposta por Boyd é incompleta. Portanto eu também avaliarei a segunda tentativa dos realistas de Cornell tais como Brink e Copp, fundamentada na noção de intenções referenciais de Putnam.

PALAVRAS-CHAVE  
METAÉTICA – REALISMO – NATURALISMO - SEMÂNTICA

*ABSTRACT*

MARTINS, Rafael. **Realismo Moral Naturalista: Problemas Semânticos**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia)—Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010 (orientador: Maria Clara Marques Dias)

As the intuitions about moral phenomenology shows the metaphysical distinction between mind-dependent and mind-independent properties has set the metaethical distinction between normativity and objectivity in ethics. Traditionally many arguments were built in order to show that moral realists cannot account, in naturalist vocabulary, for the process of determining moral reference due to the desiderative disposition taken to be necessarily part of the meaning of moral terms. This dissertation assess some anti-realists arguments like is-ought thesis, the argument from queerness, the argument from relativity and the open question argument. In what follows I propose the semantics elaborated by Cornell realism in order to address these arguments, especially the open question argument. However, as Moral Twin Earth test shows us the semantic proposed by Boyd is incomplete. Therefore I also evaluate a second attempt taken by Cornell realists such as Brink and Copp, based on Putnam's notion of referential intentions.

**KEYWORDS:**

**METAETHICS – REALISM – NATURALISM - SEMANTICS**



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	10
<b>CAPÍTULO 1:</b> A distinção entre normatividade e objetividade e os argumentos que dela dependem	14
1.1. Introdução	14
1.2. Conceitos básicos	15
2. Os argumentos anti-realistas	19
2.1. A lei de Hume	19
2.2. Os argumentos de Mackie	23
2.3. O argumento da questão aberta de Moore	26
3. Conclusão	29
<b>CAPÍTULO 2:</b> A resposta de Boyd para o argumento da questão aberta e a reformulação do argumento	30
1. Introdução	30
2. O background teórico	30
2.1. Internalismo semântico: teorias descritivistas	30
2.2. Externalismo semântico: teorias causais da referência	31
3. O realismo de Cornell: Boyd	33
4. A versão contemporânea do argumento da questão aberta: o argumento da terra gêmea moral	37
5. Conclusão	41
<b>CAPÍTULO 3:</b> A resposta do realismo de Cornell para o Argumento da Terra Gêmea Moral	42
1. Introdução	42
2. A falha do argumento da terra gêmea moral	42
3. A resposta de Brink e Copp ao argumento	45
4. Considerações finais sobre o desenvolvimento da semântica moral de Cornell	49
4.1. Dificuldade de acomodação do caráter normativo ou motivacional	49
4.1.1. O caso de Nichols	51
4.1.2. O caso de Roskies	52
4.2. Vagueza e reconhecimento da referência	55
4.3. A crítica de Horgan e Timmons à proposta de Copp	56
5. Conclusão	61
<b>Conclusão</b>	62
<b>Referências Bibliográficas</b>	71

## Introdução

Embora a disciplina que hoje conhecemos como metaética tenha surgido ao longo do século XX como análise semântica dos termos e juízos morais, a investigação filosófica sobre a moralidade sempre incluiu o exame dos aspectos metafísicos, epistemológicos e motivacionais (ou psicológicos) subjacentes ao discurso e à prática moral. De acordo com esta ampla concepção, a metaética não discute qual teoria normativa deve ser adotada ou qual é a melhor ação a ser executada, mas consiste, de maneira geral, na análise do comportamento moral e do processo de elaboração das teorias normativas substanciais.

Entretanto me parece que qualquer pessoa disposta a desenvolver uma pesquisa em metaética terá a incômoda sensação de encontrar apenas problemas e nenhuma solução. Os desafios com que nos deparamos nesta disciplina parecem constituir obstáculos intransponíveis que acabam forçando a fragmentação das teorias iniciais em inúmeras outras. Talvez isto tenha tornado a metaética um assunto monótono e hostil, onde as teorias são criadas a partir de artimanhas filosóficas e manobras *ad hoc* com o mero objetivo de contornar impasses clássicos.

Intuições como a de que nossas vidas jamais poderiam ter sido traçadas de acordo com uma farsa ou de que a moralidade é algo real e não pode ser uma mera criação da nossa imaginação, levou a maioria dos filósofos a buscar no realismo moral a perspectiva metaética responsável pela melhor descrição da fenomenologia moral. De acordo com o consagrado modelo humiano, o comportamento moral humano seria o resultado de um conjunto de desejos e crenças que sustentamos em relação a qualidades morais cujo status metafísico é objeto de intenso debate.

A relação com estes itens é tão presente em nossas vidas que passamos a ter a sensação e até mesmo a crença de que tais coisas são absolutamente reais e estão no mundo como qualquer outra coisa tão palpável quanto uma cadeira ou uma mesa. Atribuímos qualidades morais a uma infinidade de coisas que, como se fossem balizas, dão forma à nossa maneira de viver. Estas supostas qualidades morais nos causam reações emocionais tão importantes e centrais que chega a nos parecer ridícula a mera idéia de que tais qualidades não sejam reais.

Dessa maneira, nossa experiência parece nos levar naturalmente a intuição de que a fenomenologia moral é constituída por propriedades dependentes da mente e não-dependentes da mente. Na tradição filosófica encontramos muitas maneiras segundo as quais estes tipos de propriedades podem ser definidos. Não obstante, considerarei que o mais significativo para esta

dissertação é a idéia básica de que as propriedades dependentes da mente são subjetivas e as não-dependentes da mente são objetivas.

Conforme esta distinção, as propriedades morais, por serem consideradas de alguma forma intrinsecamente motivadoras, seriam dependentes da mente na medida em que são em parte o resultado de respostas cognitivas e principalmente emocionais em relação a eventos e objetos não-morais. Entretanto algo inerente à moralidade parece independe de nós. A observação da prática moral sugere que os agentes morais com freqüência se mostram motivados a se comportar de acordo com normas que são objetivas e independem da mente que as considera. Neste sentido, a moralidade está relacionada com a idéia de que a sua prescritividade intrínseca é compartilhada por todos os agentes morais, uma vez que a coerência social, ela própria resultado da moralidade, requer e exhibe este compartilhamento. Portanto, a fenomenologia moral apresentaria ao mesmo tempo propriedades dependentes e independentes da mente.

Sob uma perspectiva filosófica naturalista, ou seja, aquilo que existe está restrito ao que pode ser conhecido pelas ciências naturais e sociais, a distinção metafísica mencionada acima motiva o debate entre realistas e anti-realistas em metaética. Do ponto de vista semântico, a disciplina tem sido prejudicada pela ausência de um consenso quanto ao status metafísico da dimensão motivacional, normalmente atribuída à fenomenologia moral. Talvez, se tal consenso fosse alcançado teríamos melhores condições de desenvolver uma explicação unificada sobre o processo de determinação da referência moral. Porém ainda não dispomos de uma explicação satisfatória sobre se tal propriedade motivacional é parte necessária do significado dos termos e juízos.

Este caráter motivacional, pressuposto pelos argumentos anti-realistas, é considerado como dependente da mente em função de ser o resultado de reações emocionais. Por isso impede que a definição dos termos morais seja oferecida em termos naturais, uma vez que estes últimos são considerados como designadores de entidades independentes da mente. Os termos morais apresentam então uma tensão interna por passarem a impressão de que denotam uma única extensão que, não obstante, apresenta as duas propriedades: objetividade e normatividade. Portanto, a tradição filosófica em metaética apresenta a carência de uma teoria semântica moral apta a acomodar estas duas propriedades.

Nesta dissertação analisarei a proposta oferecida pelo realismo de Cornell com o objetivo de suprir esta necessidade. Baseada no naturalismo sintético, esta teoria propõe que os termos

morais podem ser definidos em termos naturais. Mas antes disso apresentarei no primeiro capítulo uma breve introdução aos conceitos fundamentais empregados neste debate. Em seguida veremos alguns argumentos que constituem as principais objeções ao realismo moral naturalista.

O primeiro argumento, conhecido como a lei de Hume, atesta que a partir de premissas contendo unicamente termos naturais, não estamos habilitados a extrair conclusões de teor moral. Hume oferece dois argumentos de apoio para a sua lei. O primeiro deles é de caráter ontológico; Hume nega que no mundo objetivo e observável as relações morais existam como as relações de fato, tudo o que vemos no mundo são itens naturais dos quais não se deriva nenhum conteúdo moral. O segundo argumento é de ordem motivacional (ou psicológica): por um lado o pensamento moral tem influência direta nas nossas ações, por outro a dimensão racional e cognitiva é inerte em relação ao comportamento dos agentes.

Tradicionalmente associados à lei de Hume, encontramos os argumentos de Mackie, um de caráter metafísico e o outro de caráter epistemológico. O primeiro deles, o argumento da relatividade, se funda na idéia de que há uma aparente falta de solução para muitos desacordos morais. Mackie defende que, em relação às sentenças morais, a decisão sobre quais são as melhores conclusões ou quais são as teorias morais mais adequadas, não depende de uma realidade objetiva, mas sim de qualidades intrínsecas ao agente. O segundo argumento de Mackie, o argumento da estranheza, tem uma parte metafísica e uma epistemológica: a primeira afirma que o realismo moral postula entidades bizarras, na medida em que as noções morais são ao mesmo tempo objetivas e prescritivas; a parte epistemológica sugere que, se temos qualquer conhecimento dos itens morais, então esse conhecimento seria dependente de uma capacidade cognitiva *sui generis*.

Posteriormente, analisarei o argumento da questão aberta de Moore, que representa a tese semântica associada à lei de Hume; ele afirma que não há uma relação de sinonímia entre os termos morais e os termos não morais. Devido a esse caráter relacionado à noção de sinonímia e significado, o argumento é entendido como um argumento contra versões metaéticas realistas que se baseiam em definições analíticas.

Em seguida, no segundo capítulo, tratarei da resposta de Boyd contra o argumento da questão aberta. Ele defende que os termos morais devem ser definidos de forma sintética (e não analiticamente como sugere Moore) como os termos usados em ciência. A teoria de Boyd está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do externalismo semântico de Putnam e Kripke. Eles

procuram mostrar que os termos morais, assim como os nomes próprios e os termos usados para designar categorias naturais, são designadores rígidos, isto é, designam as mesmas entidades em todos os mundos possíveis em que tais entidades existem.

Contudo veremos que o argumento de Boyd se mostra insuficiente quanto à sua capacidade de explicar a determinação da referência dos termos morais. Isso é constatado pelo teste da terra gêmea moral que também será apresentado no segundo capítulo. Esta experiência de pensamento, articulada por Timmons e Horgan, consiste na reformulação do argumento da questão aberta de Moore. Com este argumento eles procuram mostrar que, mesmo quando buscamos estabelecer o significado dos termos morais de maneira sintética, estamos em uma situação desconfortável, pois não dispomos de uma semântica moral capaz de acomodar os aspectos objetivos e normativos da ética. Dessa maneira, assim como Moore, Timmons e Horgan admitem que a determinação da referência, no caso moral, é dependente das disposições desiderativas do observador.

No terceiro e último capítulo, procuro argumentar a favor da tese de que o realismo moral naturalista pode superar os obstáculos impostos pelo teste da terra gêmea moral, recorrendo-se à noção de intenções referenciais. A conclusão à qual buscarei chegar é a de que apesar de a acomodação da normatividade da ética ainda ser um desafio aos realistas morais naturalistas, a tese semântica defendida por eles garante a determinação objetiva da referência no caso moral.

## **Capítulo 01**

### **A distinção entre normatividade e objetividade e os argumentos que dela dependem**

#### **1.1 Introdução**

Neste capítulo procurarei, inicialmente, fazer algumas distinções conceituais que fundamentam os argumentos aqui analisados. A primeira, de caráter epistêmico, é relacionada à investigação da natureza cognitiva e emocional da linguagem e pensamento moral; distinção que se dá entre o cognitivismo e o não-cognitivismo. Em seguida apresentarei as diferenças quanto à natureza metafísica das propriedades morais, representadas pelo debate entre o realismo e o anti-realismo. Posteriormente, formularei o problema central desta pesquisa, que consiste na divisão básica entre o domínio objetivo e o domínio normativo atribuída aos juízos morais e na busca por uma compatibilização destes domínios. Analisarei os argumentos que buscam mostrar que uma acomodação naturalista desses dois domínios em uma mesma teoria metaética não é possível. O primeiro deles é a chamada “lei de Hume”. O segundo e o terceiro são os argumentos de Mackie, chamados “argumento da relatividade” e “argumento da estranheza”. Por fim, veremos o argumento da questão aberta de Moore.

## 1.2. Conceitos básicos

Nos últimos dez anos a metaética tem gerado inúmeras teorias híbridas<sup>1</sup> que visam unir as duas principais correntes metaéticas: o realismo moral e o não-cognitivismo. Até então, o caráter intrinsecamente motivador atribuído aos itens morais como fatos, conceitos, a própria linguagem e também o pensamento moral tem sido empregado como uma das principais razões para o desenvolvimento do não-cognitivismo e do anti-realismo.

O modo como vários filósofos enfrentam o problema da localização ou acomodação da motivação moral divide as teorias metaéticas em dois principais formatos separados em epistemologia e metafísica. Atualmente, há uma expansão das opções metaéticas na medida em que os especialistas passaram a conectar estas correntes de maneira mais audaciosa. Antes de posicionar o problema que pretendo tratar nesta dissertação, gostaria de apresentar rapidamente esta divisão, apenas para que as discussões a seguir fiquem mais claras ao leitor.

Quando investigamos a natureza cognitiva ou emocional das propriedades morais encontramos uma distinção epistemológica entre teorias cognitivistas e não-cognitivistas. Esta divisão ocorre segundo a possibilidade de atribuição de valor de verdade aos juízos morais. O cognitivismo, em sua forma mais geral, afirma que tais juízos podem ser verdadeiros ou falsos a partir de sua relação com o mundo real, assim como na ciência (Miller, 2003 p. 138). Já o não-cognitivismo, nega que juízos morais veiculem conhecimento por não possuírem as referidas condições de verdade. Segundo o não-cognitivismo clássico (Stevenson, 1937), as sentenças morais apenas expressam emoções ou sentimentos internos e por isso não possuem *truth-makers*, assim como os termos morais que estas sentenças carregam não denotam entidades observáveis (Miller, 2003 p. 26-7)

Paralelamente, quando procuramos saber do que são feitas as propriedades morais, que tipos de coisas são denotadas pelos termos morais e o que confere valor de verdade às sentenças morais, encontramos uma distinção metafísica entre teorias realistas e anti-realistas. Entre os realistas afirma-se que as propriedades morais existem objetivamente e independem de nossas opiniões sobre elas e que, por isso, pelo menos alguns juízos morais são verdadeiros. Os anti-

---

<sup>1</sup> Por exemplo: RAILTON, Peter. Normative force and normative Freedom: Hume and Kant, but not Hume *versus* Kant. In: *Facts, values and norms: essays toward a morality of consequence*, Cambridge University Press, 2003, pp. 322-352.; COPP, David. *Morality in a natural world: selected essays in metaethics*, Cambridge University Press, 2007; NICHOLS, Shaun. *Sentimental rules: on the natural foundations of moral judgment*, Oxford University Press, 2004. TIMMONS, M. *Morality without foundations: a defense of ethical contextualism*. New York: Oxford University Press, 1999a.

realistas negam que estas propriedades existam independentemente da mente humana e dividem-se entre cognitivistas, quando atestam que todos os juízos são falsos (Mackie, 1977) ou meramente assertóricos (Timmons, 1999), e não-cognitivistas quando professam que os juízos morais têm como prioridade a expressão de emoções, desejos ou prescrições (Hare, 1952 e 1993).

Pesquisas recentes em neurociência<sup>2</sup> têm demonstrado que o pensamento moral é, em alguma medida, ligado tanto às emoções, quanto aos estados mentais cognitivos. Por isso, podemos dizer que o emprego da linguagem moral apresenta uma dimensão meramente psicológica, dependente apenas das características intrínsecas do observador ou agente. E, ao mesmo tempo, a atividade mental correspondente às proposições morais está em contato causal com estados de coisas no mundo, tornando tais proposições verdadeiras ou falsas conforme o mundo se apresenta.

Contudo, o reconhecimento de que a atividade mental relativa à moralidade depende de qualidades mentais intrínsecas, mas também de conteúdo perceptivo externo, tornou-se a origem dos principais problemas atualmente enfrentados em metaética. Entre eles, o *moral problem*<sup>3</sup> de Smith e o *location problem*<sup>4</sup> de Jackson consistem na tentativa de acomodar em uma mesma teoria dois aspectos, a princípio conflitantes, mas ambos amplamente aceitos como inerentes à moralidade, são eles: a **normatividade** (exigência prática ou caráter motivacional: uma sensação interna de constrangimento ou impulso que confere força motivadora ao juízo moral e o habilita a guiar comportamentos) e a **objetividade** (caráter descritivo relacionado a uma instância externa independente da mente que confere valor de verdade aos juízos morais).

A metaética tem sido prejudicada por este conflito na medida em que ele tornou-se o responsável pela fragmentação teórica da disciplina. Como consequência, a análise da linguagem moral tem gerado um grande número de teorias incompletas em nível metafísico e epistemológico, exatamente por se apoiar em teorias semânticas incapazes de explicar corretamente o relacionamento das dimensões normativa e objetiva que integram a moralidade. O problema da **incompletude das teorias semânticas morais** foi identificado por Mackie em *Ethics: inventing right and wrong* onde lemos:

---

<sup>2</sup> SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders and development*. Vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.

<sup>3</sup> SMITH, M. *The moral problem*. Blackwell publishing, 1994.

<sup>4</sup> JACKSON, Frank. *From metaphysics to ethics: a defence of conceptual analysis*, Oxford University Press, 1998.



And I do not think it is going to far to say that this assumption [sobre a distinção entre normatividade e objetividade] has been incorporated in the basic, conventional, meanings of moral terms. Any analysis of the meanings of moral terms which omits this claim to objective, intrinsic, prescriptivity is to that extent incomplete (1977, p. 35).

Isto quer dizer que a opção por qualquer uma das teorias metaéticas disponíveis dependerá da perspectiva sobre motivação moral que estamos dispostos a assumir. Em outras palavras, a acomodação semântica do caráter motivacional ou prescritivo<sup>5</sup> atribuído aos juízos morais é um fator determinante no desenvolvimento metafísico e epistemológico das teorias metaéticas.

Assim, as análises do discurso e da prática moral que priorizam o caráter normativo ou prescritivo da moralidade baseiam-se na tese de que os juízos morais possuem alguma força intrínseca, algo que necessariamente motiva aquele que o endossa a se sentir obrigado a agir de acordo com tais juízos. Entretanto, conforme a psicologia humiana os estados mentais meramente cognitivos são, do ponto de vista motivacional, inertes; logo as emoções seriam as verdadeiras responsáveis por nos levar à ação moral. Por este motivo, segundo os não-cognitivistas, o significado destas proposições deve ser oferecido em termos psicológicos e jamais em termos de condições de verdade. Os adeptos desta tendência defendem que os fatos morais não possuem qualquer peso explanatório no âmbito descritivo (como Harman, 1977 e 1986), demonstrando assim uma clara posição anti-realista.

A distinção entre a normatividade e a objetividade da ética subjaz argumentos de ordem lógica (Hume, 1739), metafísica (Mackie, 1977), epistemológica (Mackie, 1977) e semântica (Moore, 1903; Horgan e Timmons, 1999) que, independentemente dos objetivos dos autores, foram empregados em defesa do anti-realismo ou do não-cognitvismo. O problema surge na medida em que buscamos uma explicação realista da fenomenologia moral que inclua as duas características mencionadas, sem abandonarmos o compromisso com o naturalismo filosófico.

---

<sup>5</sup> Hare trata da prescriptividade em seu livro: HARE, R. M. *Ética: problemas e respostas*. Trad. MASCHERPE, M., RAPUCCI, C. A. Campinas: Editora UNESP, 1997. Neste livro encontramos a seguinte passagem: “Mas perguntemos agora, de maneira preliminar, se os juízos morais (por exemplo, aqueles expressos com ‘deve’) são atos de fala prescritivos ou descritivos. A resposta é que são ambas as coisas, mas que a distinção precisa ser cuidadosamente preservada, pois caso contrário, não seremos capazes de entender as características diferentes das sentenças com ‘deve’ que as liga aos dois gêneros” (p. 31-32).

O naturalismo<sup>6</sup> é um método de investigação aplicado em diversas áreas da filosofia e, no caso da metaética, é empregado para investigarmos o que são as propriedades morais, qual a função epistêmica das intuições morais e, de maneira geral, compreender o status metafísico da fenomenologia moral. Este método supõe que a filosofia é contínua à ciência e não possui um método especial *a priori* para chegar a verdades substanciais que, em princípio, se fossem *a priori* não estariam sujeitas a testes empíricos. Algumas posições mais radicais defendem que uma explicação filosófica de algum domínio da linguagem ou da prática humana deve ser apta a investigação empírica e mais do que isso, propõem que a interpretação dos conceitos filosóficos exerça algum peso explanatório em outras ciências empíricas ou sociais (Railton, 1993, p. 315). Por outro lado, os defensores do não-naturalismo, como Shafer-Landau (2003), acreditam que nem toda a realidade é suscetível à investigação científica, ou seja, existem fatos que não são capturados por leis ou generalizações em termos físicos.

A intuição inicial que alimenta as opções pelo anti-realismo ou pelo não-cognitivismos é a de que, sob um ponto de vista naturalista, não há nada na realidade independente da mente humana que possamos qualificar como moral, pois as propriedades morais são intrinsecamente motivadoras e projetadas no mundo pela mente. Logo, a tese anti-realista como a de Mackie

---

<sup>6</sup> O naturalismo não possui clara definição quanto ao seu status teórico. O termo pode ser empregado para referir a um método de investigação ou para designar uma tese filosófica propriamente dita. Neste sentido Papineau (<http://plato.stanford.edu/entries/naturalism/>) e Leiter (<http://plato.stanford.edu/entries/lawphil-naturalism/>) explicam que o “naturalismo filosófico” pode ser considerado em termos metodológicos (M-naturalism) ou substantivos (S-naturalism). Segundo o M-naturalism, a filosofia não dispõe de um método *a priori* para produzir verdades substanciais. Como Leiter sugere, os M-naturalists podem ser divididos em Hard M-naturalists: who want “continuity with” only *hard* and *physical* sciences; e Soft M-naturalists: who seek “continuity with” any successful science, natural or social. O Soft M-naturalism é provavelmente a corrente dominante na filosofia atual. A continuidade pode ser distinta em “Results Continuity” e “Methods Continuity”. Results Continuity requer que as afirmações substantivas propostas pelas teorias filosóficas sejam apoiadas ou justificadas pelos resultados obtidos nas ciências. Leiter menciona que alguns filósofos morais como Gibbard e Railton, defendem que uma explicação satisfatória da natureza e da função da moralidade deve ser apoiada pelos resultados obtidos pela biologia evolucionista, a nossa melhor teoria vigente sobre como nós chegamos a ser o que somos (Gibbard 1990, Railton, 1986). Methods Continuity, por sua vez, apenas requer que as teorias filosóficas emulem os métodos de investigação das ciências bem sucedidas, não apenas no que se refere ao método experimental, mas também nos estilos de explicação (por ex. identificação de causas, inferência para a melhor explicação). Finalmente, o S-naturalism pode ser ontológico: segundo o qual tudo o que existe é *físico*, ou seja, tudo está sujeito às leis da física. Ou semântico, onde uma análise filosófica de qualquer conceito deve ser passível de comprovação empírica. Por exemplo, o conceito “moralmente bom” pode ser analisado em termos que se referem a propriedades descobertas por investigações empíricas como as realizadas pela psicologia e a fisiologia (como a propriedade de maximização do bem-estar, se admitirmos que o bem-estar é um estado psicofísico complexo). Além disso, o S-naturalism propõe que a interpretação dos conceitos filosóficos exerça algum peso explanatório, logo causal, nas ciências empíricas e sociais (RAILTON, 1993, p. 315). Para exemplos sobre como esta última perspectiva concebe esta relação causal, conferir o debate entre Harman (1977, 1986) e Sturgeon (1986). A maior parte das informações reunidas nesta nota foi extraída a partir de LEITER, B. <http://plato.stanford.edu/entries/lawphil-naturalism/> última revisão: 2007.

afirma que as propriedades morais não possuem existência objetiva. A tese não-cognitivista, por sua vez, atesta que não temos acesso cognitivo aos itens morais, uma vez que os nossos juízos que carregam os predicados morais são apenas a expressão de emoções. Como lemos em Mackie, a disputa “*can be illustrated by reflection on the conflicts and swings of opinion in recent years between cognitivist and naturalist views about the central, basic meaning of ethical terms.*” (1977, p. 32).

## 2. Os argumentos anti-realistas

### 2.1. A Lei de Hume

Embora possamos encontrar alguns indícios do anti-realismo moral já na Antiguidade, a metaética do século XX se desenvolveu sob uma perspectiva majoritariamente humiana. Para Hume, as relações morais dependem da vontade ou apetites e por isso não são descobertas pelo entendimento. Uma vez que estas relações não constituem fatos, elas não podem ser objeto da ciência natural.

No *Tratado da natureza humana* a tensão entre a perspectiva filosófica naturalista e o realismo moral é encontrada através da distinção entre os domínios do “ser” e do “dever”. Como vemos no trecho abaixo, a lei de Hume, nome pelo qual o problema ficou conhecido, estabelece uma interrupção entre i) aquilo que está no mundo independente de nós e é passível de ser descrito em termos objetivos e naturais e ii) as sensações internas e subjetivas, que nos habilitam a qualificar as pessoas, relações e etc., como morais ou imorais.

In every system of morality, which I have hitherto met with, I have always remark'd, that the author proceeds for some time in the ordinary way of reasoning and establishes the being of a God, or makes observations concerning human affairs; when of a sudden I am surpriz'd to find, that instead of the usual copulations of propositions, *is* and *is not*, I meet with no proposition that is not connected with an *ought* or an *ought not*. This change is imperceptible; but is, however, of the last consequence. For as this ought, or ought not, expresses some new relation or affirmation, 'tis necessary that it shou'd be observ'd and explain'd; and at the same time that a reason should be given for what seems altogether inconceivable, how this new relation can be a deduction from others, which are entirely different from it. But as authors do not commonly use this precaution, I shall presume to recommend it to the readers; and am persuaded, that this small attention wou'd subvert all the vulgar systems of morality, and let us see that the distinction of vice and virtue is not founded merely on the relations of objects, nor is preceiv'd by reason (HUME, 1739/1978, pp. 469-470).

Esquecendo-nos de que o próprio Hume talvez tenha, inúmeras vezes, cometido a mesma falha, a distinção apontada por ele é até hoje considerada intransponível. Segundo Hume, a partir de premissas descritivas não podemos deduzir conclusões morais, sem com isso transgredir determinadas regras lógicas e também semânticas. O argumento supõe corretamente que, no sentido lógico, não podemos impor na conclusão palavras que não foram previamente introduzidas nas premissas. Se encontrarmos palavras próprias do vocabulário moral na conclusão, será necessário que, para a cogência do argumento, pelo menos uma de suas premissas também contenha palavras de teor moral. Não podemos, portanto, extrair conclusões morais a partir de conjuntos de premissas inteiramente factuais. Desta forma, Hume sugere que as palavras empregadas para descrever os aspectos naturais pertencem a um gênero completamente diferente do vocabulário moral. Por quê?

Hume oferece dois argumentos em favor da lei. O primeiro é de natureza ontológica e consiste em negar que no mundo objetivo e observável as relações morais existam como as relações de fato. Quando procuramos na realidade o objeto de nossas qualificações morais, não encontramos nada além de itens naturais descritos exclusivamente pelo vocabulário científico. Hume apresenta o exemplo de um assassinato e nos pede para procurar nas relações de fato que integram o acontecimento algo que corresponda aos predicados morais. Mas, como lemos abaixo, os juízos morais emitidos acerca do evento expressam somente as sensações internas e afetivas do observador:

Take any action allow'd to be vicious: willful murder, for instance. Examine it in all lights, and see if you can find that matter of fact, or real existence, which you call *vice*. In which-ever way you take it, you find only certain passions, motives, volitions and thoughts. There is no other matter of fact in the case. The vice entirely escapes you, as long as you consider the object. You can never find it, until you turn your reflexion into your own breast, and find a sentiment of disapprobation, which arises in you, towards this action (HUME, 1739/1978 p. 469).

O segundo argumento que apóia a lei de Hume é de ordem motivacional ou psicológica. Para Hume o pensamento moral possui uma influência direta nas nossas ações, ao passo que sua dimensão racional ou cognitiva é inerte do ponto de vista comportamental. Desta forma, sempre há a possibilidade de sermos indiferentes a quaisquer conjuntos de fatos naturais, uma vez que o entendimento se ocupa tão somente das relações de fato e por isso não carrega consigo nenhuma capacidade motivadora. Portanto, nossas crenças apenas exprimem o que é ou não o caso e a

responsabilidade causal de nossas motivações morais é atribuída exclusivamente às nossas afecções ou sentimentos internos:

Since morals, therefore, have an influence on the actions and affections, it follows, that they cannot be deriv'd from reason; and that because reason alone, as we have already prov'd, can never have any such influence. Morals excite passions, and produce or prevent actions. Reason of itself is utterly impotent in this particular. The rules of morality, therefore, are not conclusions of our reason (HUME, 1739/1978 p. 457)

Este argumento expressa um perfil psicológico internalista onde a capacidade motivadora dos conceitos morais seria uma característica interna a estes conceitos, uma vez que eles, por natureza, *influenciam* as afecções e por isso *produzem* ou *previnem* ações. Isto os torna completamente diferentes dos conceitos naturais. Percebemos então que a natureza objetiva da moralidade fica comprometida em função do seu caráter motivacional intrínseco conforme sugerido por Hume. O abismo entre a normatividade e a objetividade se estabelece uma vez que os juízos morais referem-se apenas às afecções e não a itens observáveis. A nossa percepção destes últimos é, em si mesma, inócua e não nos diz o que devemos fazer, pois a mera constatação de que está chovendo não nos diz que devemos usar guarda-chuva. Logo, a ciência e a ética são dois tipos diferentes de empreendimentos, onde a primeira se apresenta como objetiva e a segunda essencialmente prescritiva.

Os anti-realistas e os não-cognitivistas assumem que a lei de Hume anula a objetividade da ética, dado que a lei inibe a possibilidade de descrevermos a fenomenologia moral em termos naturais, como também impede a justificação das sentenças morais de acordo com uma realidade observável. O primeiro problema incide sobre a relação semântica entre os termos morais e os não-morais (Moore, 1903). O segundo refere-se a um problema que pode ser desmembrado em uma parte metafísica e uma epistemológica (Mackie, 1977).

O problema central desta pesquisa é tornar viável uma teoria semântica que, ao acomodar corretamente o aspecto motivacional atribuído a fenomenologia moral, estará unindo as dimensões normativa e objetiva. Mackie identifica esta distinção de forma precisa. Segundo ele, por um lado temos a dimensão objetiva que “(...) *is not only a feature of the philosophical tradition. It has also a firm basis in ordinary thought, and even in the meaning of moral terms*” (1977, p. 31).

Por outro, Mackie abre o primeiro capítulo de *Ethics: inventing right and wrong* afirmando que “*there are no objective values*” (1977, p. 15). Segundo ele, pode até ser que a

moralidade seja objetiva em alguma medida. Mas, mais importante do que isso, a linguagem moral expressa algo que vai além da mera objetividade. Os termos e sentenças morais parecem expressar, em termos bastante genéricos, sensações ou pensamentos que possuem uma capacidade motivadora interna. Vejamos como Mackie introduz esta característica adicional:

The ordinary user of moral language means to say something about whatever it is that he characterizes morally, for example a possible action as it is in itself, or would be if it were realized, and not about, or even simply expressive of, his, or anyone else's, attitude or relation to it. **But the something he wants to say is not purely descriptive, certainly not inert, but something that involves a call for action or for the refraining from action, and one that is absolute, not contingent upon desire or preference or policy or choice, his own or anyone else's** (1977, p. 33).

No trecho que selecionei em negrito, temos em alguma medida uma mistura entre o aspecto motivacional relacionado às sentenças ou termos morais e o aspecto universalizável atribuído ao próprio aspecto motivacional. O conflito começa a apresentar seus contornos ao percebermos que, por um lado, a linguagem moral possui uma característica “não inerte”, que teria o poder de impulsionar o agente à ação ou de refrear seus ímpetos e, entretanto, em função de sua universalizabilidade<sup>7</sup>, as sentenças e termos morais apresentariam uma objetividade independente das atitudes ou dos desejos dos agentes.

Mackie parece pressupor que para garantir a universalizabilidade, a defesa de uma dimensão objetiva da ética precisa postular um domínio externo à mente daqueles que consideram um juízo moral, em condições independentes de interferências disposicionais. Dessa maneira, “*it will not be a matter of choice or decision whether an action is cruel or unjust or imprudent or whether it is likely to produce more distress than pleasure*” (1977, p. 33). Contudo, a satisfação desta exigência introduz uma dificuldade para o realista moral, pois começa a ficar cada vez mais complicado concebermos em termos naturais que tipos de itens seriam externos a mente e, ao mesmo tempo, conter em si mesmos a característica prescritiva ou normativa. Mackie nos alerta para este problema:

But in satisfying this demand, it introduces a converse deficiency. On a naturalist analysis, moral judgments can be practical, but their practicality is wholly relative to desires or possible satisfactions of the person whose actions are to be guided; but moral judgments seem to say more than this. This view leaves out the categorical quality of moral requirements. In fact both naturalist and non-cognitive analysis leave out the apparent authority of ethics, the one by excluding the categorically imperative aspect, the other the claim to objective validity or truth (1977, p. 33).

---

<sup>7</sup> Embora este conceito tenha sua origem na Antiguidade e seja consagrado pela Filosofia Moderna, foi tratado com mais atenção na metaética por Hare em: HARE, R. M. *The language of morals*. Oxford: Oxford University Press, 1952 e outros trabalhos.

Mackie defendeu que é impossível encontrarmos algo no mundo cuja mera percepção ou consideração pela mente humana contenha em si mesmo um elemento prescritivo. Mackie parece preferir salvar tal elemento prescritivo ao invés da objetividade. Segundo ele: *“The claim to objectivity, however ingrained in our language and thought, is not self-validating. It can and should be questioned”* (1977, p. 35). Mackie defende uma teoria do erro para acomodar a distinção entre os elementos. Pois embora projetamos no mundo entidades objetivamente prescritivas em si mesmas, elas na realidade não existem. Contudo, uma vez que tal teoria do erro parece ir contra o pensamento comum, Mackie oferece dois argumentos:

Since it goes against assumptions ingrained in our thought and built into some of the ways in which language is used, since it conflicts with what is something called common sense, it needs very solid support. (...) Traditionally it has been supported by arguments of two main kinds, which I shall call the argument from relativity and the argument from queerness (1977, p. 35).

Vejamos os dois argumentos abaixo:

## 2.2. Os argumentos de Mackie

Como disse anteriormente a lei de Hume é desmembrada em três teses. Primeiramente apresentarei as teses metafísica e epistemológica que encontramos nos dois argumentos de Mackie (a terceira, de natureza semântica, será apresentada no próximo item deste capítulo). Abaixo encontramos a tese metafísica através do argumento da relatividade (ou desacordo):

The argument from relativity has as its premise the well-know variation in moral codes from one society to another and from one period to another, and also the differences in moral beliefs between different groups and classes within a complex community. Such variation is in itself merely a truth of descriptive morality, a fact of anthropology (...). But it is not the mere occurrence of disagreements that tells against the objectivity of values. (...) **The argument from relativity has some force simply because the actual variations in the moral codes are more readily explained by the hypothesis that they reflect ways of life than by the hypothesis that they express perceptions**, most of them seriously inadequate and badly distorted, of objective values. (1977, p. 36 - 37)

Este argumento se fundamenta na aparente falta de solução para muitos desacordos morais. Atribui-se tais desacordos ao fato de que as opções morais das pessoas não se mostram verdadeiras ou falsas em função de observações ou evidências que as justifiquem. Na verdade, nossas opções morais refletem uma incrível diversidade de teorias normativas substanciais adotadas por cada indivíduo. No caso das sentenças morais a decisão sobre quais são as melhores

conclusões ou quais são as teorias morais mais adequadas não depende de uma realidade objetiva, mas unicamente de qualidades intrínsecas ao observador.

Apesar dos conflitos sociais e dos preconceitos de todas as naturezas, há uma tolerância teórica na moralidade que não encontramos na ciência. Nesta última, em qualquer disciplina, não há espaço para uma livre escolha de teorias, pois somos obrigados a optar apenas por aquelas teorias que melhor explicam os fatos analisados ou possuem maior capacidade preditiva. Enquanto na ética a decisão de adotar uma teoria normativa é tomada unicamente *pela forma como a pessoa quer viver*, ou seja, pela maneira em que ela se sente bem, que lhe dá mais prazer ou, enfim, conforme o seu contexto sócio-econômico e cultural lhe permitir viver. Este fenômeno gera uma incrível pluralidade de teorias normativas. Portanto, a conclusão é que as partes em disputa adotam teorias normativas diferentes o suficiente para tornar o desacordo entre elas apenas aparente. E assim a falsidade do realismo moral seria a melhor forma de explicar a natureza do desacordo moral, uma vez que não há como decidir qual é a melhor teoria conforme uma instância externa<sup>8</sup>.

O argumento da estranheza (*queerness*) tem duas partes. Uma metafísica e uma epistemológica (1977, p. 38):

**Metafísica:** If there were objective values, then they would be entities or qualities or relations of a very strange sort, utterly different from anything else in the universe. (...)

**Epistemológica:** When we ask the awkward question, how we can be aware of this authoritative prescriptivity, of the truth of these distinctively ethical premises or of the cogency of this distinctively ethical pattern of reasoning, **none** of our ordinary accounts of sensory perception or introspection or the framing and confirming of explanatory hypotheses or inference or logical construction or conceptual analysis, or any combination of these, will provide a satisfactory answer; ‘a special sort of intuition’ is a lame answer, but it is the one to which the clearheaded objectivist is compelled to resort. (1977, p. 38 – 39).

O principal ponto deste argumento é que os itens morais são algo inteiramente diferente dos itens naturais considerados pelas ciências empíricas. A parte metafísica do argumento afirma que o realismo moral postula entidades bizarras, pois os itens morais são ao mesmo tempo objetivos e prescritivos, ou seja, quando emitimos uma sentença carregando termos morais

---

<sup>8</sup> Tersman (2006) identifica este fenômeno da tolerância com o conceito de *latitude* para explicar porque o desacordo moral seria de alguma forma mais profundo do que nas ciências. A latitude caracteriza-se pela noção de que, a ética, diferentemente das ciências, requer menos concordância em relação às teorias de base, tolerando assim um maior espectro de diferenças e idiosincrasias quanto à escolha de quais teorias normativas adotamos, uma vez que a decisão final é de foro íntimo.



pensamos não somente que estamos emitindo uma prescrição, mas que estamos também atestando algum fato acerca do mundo. Entretanto, apesar deste uso que fazemos da linguagem moral, sob um ponto de vista natural não há nada no mundo cuja percepção provoque de forma universal a percepção de sua prescritividade.

Em seguida, na parte epistemológica do argumento da estranheza temos que qualquer conhecimento dos itens morais seria dependente de uma capacidade cognitiva *sui generis*. A crença de Mackie de que o realismo moral é comprometido com o intuicionismo se apóia na suposição metafísica equivocada de que, em função de serem objetivamente prescritivos, os valores morais são ontologicamente *sui generis*. Mas se, e somente se, os fatos morais fossem entidades bizarras, precisaríamos de uma faculdade especial para ter acesso cognitivo a elas.

Mackie não enfatiza ou se apóia no argumento da questão aberta: "*What I have called moral scepticism is an ontological thesis, not a linguistic or conceptual one*" (1977, p. 18). Ele focaliza apenas o aspecto metafísico, principalmente no que se refere à relação de superveniência, uma vez que esta relação independe de regras semânticas. No trecho abaixo, Mackie afirma que se a estratégia da superveniência for a posição escolhida pelo realista, ela também será vista como uma relação causal ou mereológica bizarra:

What is the connection between the natural fact that an action is a case of deliberate cruelty – say, causing pain just for fun – and the moral fact that it is wrong? It cannot be an entailment, a logical or semantic necessity. Yet it is merely that the features occur together. The wrongness must somehow be ‘consequential’ or ‘supervenient’; it is wrong because it is a piece of deliberate cruelty. But just what *in the world* is signified by this ‘because’? (1977, p. 41)

Embora os dois argumentos de Mackie se apliquem a praticamente qualquer variedade do realismo moral, aquilo que os torna especialmente convincentes é o fato de que “*a way of bringing out this queerness is to ask, about anything that is supposed to have some objective moral quality and how this is linked with its natural features*” (1977, p. 41). Explicar esta ligação entre os itens naturais objetivos e o domínio moral (que por ser intrinsecamente dinâmico, foi associado ao domínio das emoções subjetivas) tornou-se o principal problema filosófico que impede a defesa da existência das qualidades morais objetivas. Acredito que uma das soluções para este problema pode ser oferecida em termos semânticos.

Como foi dito anteriormente, o argumento da questão aberta representa a tese semântica associada à lei de Hume. Uma vez que proponho um tratamento semântico para o problema,

pretendo considerar as opções teóricas elaboradas com o objetivo de, em parte, responder ao argumento de Moore em *Principia Ethica* (1903) que se segue abaixo.

### 2.3. O Argumento da Questão Aberta de Moore

Este argumento identifica a ausência de relações de sinonímia entre os termos morais e os não-morais. Dado que durante o período filosófico de Moore este era o único modo pelo qual se concebia a identidade necessária entre termos de diferentes áreas teóricas, ele concluiu que as palavras morais não podem ser definidas por descrições naturais.

But whoever will attentively consider with himself what is actually before his mind when he asks the question ‘Is pleasure (or whatever it may be) after all good?’ can easily satisfy himself that he is not merely wondering whether pleasure is pleasant. And if he will try this experiment with each suggested definition in succession, he may become expert enough to recognize that in every case he has before his mind a unique object, with regard to the connection of which with any other object, a distinct question may be asked. Everyone does in fact understand the question ‘Is this good?’ When he thinks of it, his state of mind is different from what it would be were he asked ‘Is this pleasant, desired or approved?’ It has a distinct meaning for him. (MOORE, 1903: pp. 16-17 *apud* BRINK, 1989: p. 152)

No início de *Principia Ethica* (1903) Moore nega que possamos encontrar no mundo o objeto correspondente ao termo moral “*good*”, da mesma forma que encontramos, por exemplo, o objeto correspondente à palavra “*horse*”, ou seja, os termos morais não são definíveis da mesma forma que os termos naturais. Moore usa este argumento para mostrar que um termo moral e o termo que designa a propriedade natural, supostamente denotada por aquele termo moral, não são sinônimos e por isso os termos não podem ser idênticos.

Qual a importância destas negações e como podemos responder ao argumento? Vejamos primeiramente a sua estrutura. De acordo com a teoria tradicional do significado, se dois termos são sinônimos e têm o mesmo significado, a eles é associado o mesmo conjunto descritivo ou os mesmos critérios de denotação ou ainda as mesmas condições de verdade. Isto quer dizer que, mesmo que fossem palavras diferentes, descobriríamos pelo método analítico que elas denotam algo em comum ou que as sentenças que as contém seriam igualmente justificadas em função das mesmas descrições associadas a esses termos. Se em uma sentença substituíssemos um termo pelo outro não encontraríamos alterações na sentença. Mas, segundo Moore, não é o que acontece no caso da troca de termos morais por não-morais.

A motivação do argumento deve-se ao fato de que, na época em que ele foi elaborado, a tradição semântica vigente levou os filósofos a pensar que se há uma relação de identidade

necessária entre os termos morais e os naturais, então esta relação deve ser analítica. A noção de necessidade é introduzida visando garantir a objetividade da ética e parece ser bastante plausível, pois faz com que todos os falantes associem uma única definição natural a um único termo moral. Isso significa que, do ponto vista da experiência comum, se as qualificações morais possuem alguma dimensão objetiva, então dois observadores que consideram o mesmo evento, com as mesmas características naturais, necessariamente identificarão o evento com os mesmos predicados morais. Em outras palavras, as “definições morais” serão as mesmas.

Desta maneira, uma vez que as definições sintéticas eram consideradas contingentes, tais definições comprometeriam a relação de necessidade e levaria o realismo moral a um relativismo de definições ou pluralismo extensional. Pensava-se desta maneira porque até então a relação semântica era confundida com a relação modal e assim a tradição filosófica concebia que só é necessário aquilo que é analítico e qualquer proposição sintética seria obrigatoriamente contingente. As únicas verdades consideradas necessárias eram as verdades analíticas, pois dependem unicamente das propriedades semânticas da linguagem.

A recente bibliografia em metaética nos mostra que inúmeros trabalhos na área apontam para o fato de que o obstáculo criado pela tese semântica associada à lei de Hume constitui o principal pressuposto dos dois problemas enfrentados pelo realismo moral sob uma perspectiva naturalista: primeiro, temos o problema metafísico, uma vez que não existem objetos e relações observáveis que sejam intrinsecamente motivadoras. Em seguida, a lei cria um problema epistemológico, uma vez que não teríamos acesso cognitivo aos fatos morais, caso eles existissem. Se este fosse o caso, tais fatos seriam essencialmente prescritivos e uma vez que nenhum conjunto de considerações descritivas carrega em si mesmo prescrição alguma, tais fatos se constituiriam como entidades bizarras.

Do ponto de vista inverso, ou seja, de acordo com um sentido explanatório oposto, a sobrevivência do argumento da questão aberta depende dos argumentos metafísico e epistemológico implícitos na lei de Hume e mais tarde elaborados por Mackie. É exatamente por não existirem entidades reais “*objectively prescriptive*” (1977, p. 26) ou por não dispormos de nenhuma explicação naturalista para nosso acesso cognitivo a este tipo de entidade, que o argumento da questão aberta pode afirmar que os termos naturais e os morais não são interdefiníveis.

Se, no âmbito epistemológico, os termos representam estados mentais distintos ou se, no domínio metafísico, eles denotam extensões diferentes estaremos, portanto, impedidos de realizar a tradução entre os termos morais e os naturais. Contudo, a distinção entre a objetividade e a normatividade atribuída à fenomenologia moral permanece como uma pressuposição comum aos argumentos elaborados a partir da lei de Hume e tradicionalmente empregados a favor do anti-realismo ou do não-cognitismo.

Para o tratamento do argumento da questão aberta vejamos primeiramente seu ponto fraco, para em seguida abordarmos as teorias semânticas alternativas. Como sabemos, o argumento ataca somente o realismo moral baseado no critério de sinonímia (verdades necessárias = verdades analíticas). Assim, a identificação entre os termos morais e os não-morais implicaria na estranha relação de sinonímia entre conceitos intrinsecamente motivadores e conceitos estáticos. Este tipo de relação permite que os termos sinônimos sejam substituídos em uma sentença sem alteração do significado, entretanto, se a motivação for parte necessária do significado dos termos morais, a troca de um termo moral por um natural fará com que a sentença deixe de ter o significado inicial.

Uma vez que o argumento se posiciona contra uma perspectiva naturalista que busca oferecer definições analíticas, não obstante ostensivas, para os termos morais, temos duas opções a seguir. Podemos abandonar esta perspectiva e dizer que o naturalismo é, na verdade, uma doutrina metafísica e não semântica, logo as propriedades naturais e morais não precisam apresentar uma relação definicional. Ou, podemos assumir que os naturalistas estão aptos a solucionar o problema através da explicação sobre como se dá o processo de determinação da referência no caso dos termos morais. A partir de agora, pretendo desenvolver a segunda alternativa.

Com Kripke (1980) e Putnam (1975) aprendemos que identidades necessárias podem ser descobertas tanto a priori, quanto a posteriori e que a analiticidade é meramente uma noção semântica. As verdades analíticas, por sua vez, não são epistemologicamente neutras, elas são a priori na medida em que não dependem do mundo, mas apenas das propriedades semânticas da sentença.

Uma vez reconhecidas tais distinções o realismo de Cornell pretende responder ao argumento da questão aberta através da defesa de que dois conceitos F e G nos permitem capturar a mesma propriedade embora a afirmação 'x possui F' não seja analiticamente equivalente à 'x

possui  $G'$ , ou seja, podemos obter a identidade entre as propriedades sem uma equivalência definicional ou por vias priori (Brink, 1989 p. 164).

### 3. Conclusão

Ao longo deste capítulo busquei não só delinear algumas distinções conceituais importantes para o debate em questão, mas principalmente esclarecer que as duas dimensões fenomenológicas inerentes à ética (objetividade e normatividade) perpassam todos os argumentos empregados a favor do anti-realismo ou do não-cognitivismo até agora apresentados. Além disso, procurei apontar que a solução proposta consiste em articular, sob um ponto de vista naturalista, uma teoria semântica capaz de acomodar as duas dimensões. Tal acomodação dependerá de uma resposta eficaz ao argumento da questão aberta.

Nos próximos capítulos veremos que, dentro da perspectiva realista e cognitivista de Cornell existem duas soluções disponíveis para os argumentos aqui apresentados. São elas: a noção de regulação epistêmica proposta por Boyd (1988) e a noção de intenções referenciais introduzida por Putnam (1975), mas empregada no âmbito moral por Brink, (2001) e Copp (2007). Me concentrarei em primeiramente i) avaliar a eficácia da solução de Boyd em responder ao argumento da questão aberta e, posteriormente, ii) avaliar como Brink e Copp respondem à formulação contemporânea do argumento de Moore representada pelo argumento da terra gêmea moral. A questão diretora da investigação que se segue consistirá em analisarmos como estes dois momentos distintos do realismo de Cornell respondem aos argumentos mencionados através de duas diferentes formas de explicar a determinação da referência, incluindo seus aspectos objetivos e normativos.

## Capítulo 02

### A resposta de Boyd para o argumento da questão aberta e a reformulação do argumento

#### 1. Introdução

Neste capítulo trataremos, brevemente, das duas vertentes semânticas nas quais as teorias metaéticas aqui analisadas se fundamentam. São elas: o internalismo, baseado nas teorias clássicas do significado e o externalismo, representado pela semântica de Putnam e Kripke. Em seguida apresentarei a principal resposta ao argumento da questão aberta oferecida pelo realismo de Cornell, mais especificamente a resposta de Boyd. Veremos que esta mesma resposta é alvo de uma versão contemporânea do argumento de Moore, o chamado “argumento da terra gêmea moral” de Timmons e Horgan.

#### 2. O background teórico

##### 2.1. Internalismo semântico: teorias descritivistas

De acordo com descritivismo tradicional, entender o significado de um termo é estar em certo estado psicológico. Além disso, o significado do termo determina a sua extensão. Logo, a *psicologia* determina a extensão. A teoria descritiva procurou mostrar como isso acontece. Quando um falante “capta” (*grasp*) o significado de um termo ou sentença, ele associa uma descrição ou um conjunto de descrições que expressam o sentido do termo ou sentença. Assim, o referente será qualquer objeto que satisfaça a descrição associada. Logo, o significado determina a referência uma vez que o significado é dado pela descrição que determina a referência.

Dado que o referente de X seria qualquer objeto y que satisfaz a descrição  $\phi$ , os falantes saberiam *a priori* que o referente do termo deveria corresponder à descrição associada ao termo. Por exemplo, se os falantes associam a descrição “promove a maximização da felicidade” ao termo “justiça”, então eles saberiam *a priori* que a justiça é maximização da felicidade. Neste caso, os falantes conhecem o significado do termo *a priori* porque a descrição que eles associam ao termo fornece o seu significado independentemente do que a palavra denota no mundo atual. Assim, para todo termo designador X e sua descrição associada  $\phi$ , a sentença “se X existe, X é  $\phi$ ” expressa uma verdade necessária.

Entretanto a forma como a descrição é associada ao termo me parece artificial. A descrição é associada por meio de uma convenção ou acordo mútuo onde os usuários do termo

“justiça” concordam que a justiça é maximização da felicidade. A palavra tem a sua referência fixada de acordo com um critério geral e assim sabemos a priori que todas as extensões que satisfizerem este critério poderão ser qualificadas como justas. Mas não fica claro como estas pessoas chegaram à conclusão de que justiça é a maximização da felicidade.

A teoria é incompleta, pois apenas estabelece que uma associação convencional fixa a referência das palavras e que esta associação, para fins de comunicação, é fruto de um acordo entre os usuários. Mas não explica como as pessoas descobriram ou decidiram que justiça é maximização da felicidade. Portanto, embora a descrição forneça as condições necessárias e suficientes para a determinação daquilo que necessariamente se apresenta como um membro da extensão, ela não contém em si a explicação sobre como ela foi eleita a descrição associada.

## 2.2. Externalismo semântico: teorias causais da referência

Segundo Putnam, aquilo que o termo denota **não é totalmente** determinado por algum estado psicológico: “*Cut the pie any way you like, meanings just ain’t in the head!*” (Putnam, 1975, p. 227). As teorias semânticas causais afirmam que a referência praticamente exaure o significado e desta forma torna-o independente da sua competência cognitiva. Neste tipo de teoria, o referente de um termo não é dado por alguma descrição associada *a priori* ao termo ou sentença, mas sim através de uma corrente causal que ocorre entre o falante e a extensão. O discurso competente consiste, portanto, em estar causalmente conectado aos objetos sobre os quais falamos e não em estar num estado psicológico específico. O significado é, neste sentido, independente da psicologia do falante e independente da significância que os termos exercem na cognição.

De acordo com o externalismo semântico, quando os termos apresentam o mesmo sentido e diferentes extensões (“água” e “água” → H<sub>2</sub>O e XYZ) eles não possuem o mesmo significado, pois embora o termo “água” apresente os mesmos conjuntos funcionais nos dois contextos, eles não designam a mesma coisa, pois através de uma investigação empírica chegou-se a conclusão de que no primeiro contexto “água” denota H<sub>2</sub>O e no segundo, XYZ. Mas quando temos a mesma extensão e diferentes sentidos (“Superman” e “Clark Kent” → Kal-el) os termos terão o mesmo significado após uma identificação a posteriori (tradução, redução ou superveniência). Uma

investigação empírica sobre os usos dos termos “Superman” e “Clark Kent” revelará que seus significados são necessariamente idênticos uma vez que ambos designam rigidamente Kal-el.

Contudo, a teoria semântica externalista sofreu algumas críticas do ponto de vista descritivista e a busca pelas respostas nos leva a pontos menos freqüentados da teoria de Putnam como veremos no capítulo 3. Segundo a crítica, dizer que o significado dos dois termos é o mesmo implica que seria possível sabermos que o Superman é o Clark Kent pela mera análise semântica dos termos. Mas, na realidade ninguém sabe, *a priori*, que estes nomes designam o mesmo objeto.

Isto é explicado pelo fato de que os termos “Superman” e “Clark Kent” diferem entre si em alguma dimensão do significado correspondente às diferentes funções que estes termos exercem no raciocínio. Há algo meramente psicológico que é inerente aos dois termos, porém responsável por estas diferenças cognitivas e que, no caso dos termos “água” e “Táguá” é igual e por isso torna os termos intertraduzíveis, apesar de capturarem diferentes extensões. Este fator psicológico é diferente no caso dos termos “Superman” e “Clark Kent” e por isso, embora eles denotem a mesma extensão, a mera consideração de um deles não implica no conhecimento *a priori* de que o segundo possui o mesmo significado ou determina a mesma extensão.

Isso faz com que Oscar<sub>1</sub> e Oscar<sub>2</sub>, em qualquer um dos contextos considerados, saiam correndo quando, com suas roupas em chamas, são avisados que há uma piscina por perto (Block, 1986). Eles não sabem qual será a extensão encontrada nas piscinas, mas esperam *a priori* que sejam conteúdos que correspondam a um estado mental (representado pela palavra água) que neste caso é o mesmo. Mas é a falta do compartilhamento deste mesmo conteúdo que está ausente na consideração dos termos “Superman” e “Clark Kent”, logo, supondo que Lois Lane se sente atraída pelo Superman, ela permaneceria imóvel diante de Clark Kent, mesmo que eles sejam a mesma pessoa.

É por isso que após Kripke, notamos com mais clareza a dissociação entre a epistemologia, a semântica e a modalidade. Na visão descritivista, uma vez que os falantes conhecem o significado do termo X, eles associam uma ou mais descrições  $\varphi, \chi...$  à X e qualquer objeto que unicamente satisfizer o conjunto de descrições será o referente de X, logo “se X existe, X é  $\varphi, \chi...$ ” expressa uma verdade necessária, pois os falantes sabem isso *a priori*, apenas não sabem qual será o objeto capturado.



Contudo, de acordo com o externalismo semântico, a capacidade referencial de um designador rígido é independente de sua significância psicológica, ou seja, *a denotação independe das descrições identificadoras*. Portanto, os falantes não têm acesso *a priori* às condições necessárias e suficientes. Aprendemos então que no caso descritivista a natureza epistêmica do conhecimento é ligada à modalidade na medida em que o *a priori* e o necessário são qualidades intimamente ligadas, enquanto para Kripke e Putnam, a necessidade e o *a priori* são itens dissociados, pois podemos saber que algo é necessário, sem ter chegado a este conhecimento por vias *a priori*.

### 3. O realismo de Cornell: Boyd

O realismo de Cornell é uma ampla corrente filosófica representada por Boyd (1988), Sturgeon (1984, 1986), Brink (1989, 2001), Railton (2003) e Copp (2007). Tornou-se conhecida por estender a teoria causal da referência de Kripke (1980), o externalismo semântico de Putnam (1975) e o coerentismo epistemológico de Quine (1980abc) à análise da linguagem moral com o objetivo de responder aos argumentos mencionados no primeiro capítulo e principalmente o argumento da questão aberta.

It has occurred to many philosophers that naturalistic theories of reference and of definitions might be extended to the analysis of moral language. *If* this could be done successfully *and* if the results were favourable to a realist conception of morals, then it would be possible to reply to several anti-realist arguments. (Boyd, 1988, p. 199).

Como vimos no item anterior, segundo a teoria causal da referência, o significado de um tipo natural consiste na maneira pela qual o termo denota uma propriedade ou relação que causalmente regula o uso deste termo em um determinado contexto ou mundo possível<sup>9</sup>. Boyd

---

<sup>9</sup> Em filosofia e em lógica modal o vocabulário dos mundos possíveis é usado para clarificar as noções modais de necessidade, contingência e possibilidade. Segundo esse vocabulário, uma verdade é necessária se, e somente se, for uma verdade em todos os mundos possíveis; por outro lado, uma verdade é contingente se, e somente se, for uma verdade no mundo atual, mas não uma verdade em todos os mundos possíveis; e ainda, uma verdade é meramente possível se ela é uma verdade em alguns mundos possíveis não atuais. O vocabulário dos mundos possíveis pode ser utilizado mesmo com a rejeição da tese do realismo modal defendida por Lewis: LEWIS, D. *On the plurality of worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. Podemos trabalhar com uma concepção onde este vocabulário é apenas uma forma de falarmos sobre as modalidades, sem nos comprometermos com a existência real dos mundos possíveis não atuais, como fez Kripke: KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1972. Os mundos possíveis servem também para determinarmos os domínios dos diferentes tipos de possibilidades. Por exemplo, é logicamente possível que a sentença “água não é H<sub>2</sub>O” seja verdadeira; no vocabulário dos mundos possíveis: há mundos logicamente possíveis nos quais água não é H<sub>2</sub>O. Entretanto, em mundos que não são

defende que os termos morais possuem definições sintéticas assim como na ciência e que segundo a sua versão da teoria causal, “*reference is itself a epistemic notion and the sorts of causal connections which are relevant to reference are just those involved in the reliable regulation of belief*” (1988, p. 195). A noção epistêmica de referência nada mais é do que dizer que as conexões histórico-causais que unem a extensão ao falante controlam ou regulam a sustentação de nossas crenças. Ele descreve o processo de referência da seguinte maneira:

Roughly, and for nondegenerate cases, a term *t* refers to a kind (property, relation) *k* just in case there exist causal mechanisms whose tendency is to bring it about, over time, that what is predicated of the term *t* will be approximately true of *k* (...). Such mechanisms will typically include the existence of procedures which are approximately accurate for recognizing members or instances of *k* (at least for easy cases) and which relevantly govern the use of *t*, the social transmission of certain relevantly approximately true beliefs regarding *k*, formulated as claims about *t*, (...) a pattern of deference to experts on *k* with respect to the use of *t*, etc... When relations of this sort obtain, we may think of the properties of *k* as *regulating* the use of *t* (via such causal relation) (Boyd, 1988, p. 195) (*apud* Timmons, 1999, p. 57)

Visando responder ao argumento da questão aberta, o realismo de Cornell afirma que assim como nas teorias causais da referência para nomes próprios e tipos naturais, os termos morais comportam-se como designadores rígidos<sup>10</sup>. Em outras palavras, a identificação ou definição, enfim, a relação necessária entre os termos morais e não-morais é sintética, logo, *a posteriori*. Entretanto, ao contrário do que muitos pensam, para os defensores desta perspectiva, as propriedades morais não são idênticas às propriedades naturais, mas sim às propriedades funcionais. Estas, por sua vez, são realizadas ou constituídas por feixes homeostáticos de propriedades naturais. Portanto, neste caso as propriedades morais são supervenientes às propriedades naturais.

---

meramente logicamente possíveis, mundos em que consideramos não apenas as leis da lógica, mas também a natureza das coisas (as leis físicas, químicas, etc., às quais elas estão submetidas), parece que a água é necessariamente H<sub>2</sub>O; é plausível pensar que ser composta de duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio em uma dada relação é uma propriedade que a água tem em todos os mundos possíveis em que tal categoria natural existe. Assim, em um dado domínio das possibilidades, a sentença “água é H<sub>2</sub>O” parece expressar uma verdade necessária e em outro domínio das possibilidades expressa uma verdade contingente. No caso da metaética, uma sentença moral que expressa uma verdade necessária, seria aquela que fosse verdadeira em todos os mundos possíveis onde a sentença é proferida.

<sup>10</sup> A designação rígida é uma característica de termos que denotam um mesmo particular em todos os mundos possíveis em que este particular existe, os designadores flácidos, por sua vez, denotam um mesmo particular em apenas alguns mundos possíveis. Por exemplo, o nome “Aristóteles” denota Aristóteles em todos os mundos possíveis em que Aristóteles existe; por outro lado, a descrição definida “O autor da Metafísica” denota Aristóteles apenas em alguns mundos possíveis (uma vez que é plausível pensar que Aristóteles poderia não ter escrito a Metafísica).

A individualidade de uma propriedade deste tipo é dada pela função causal que ela exerce na conservação de conjuntos homeostáticos de condições de sobrevivência, desenvolvimento humano ou qualidade de vida: “*considerations of human well-being play a significant role in determining what is said to be ‘good’*”(1988, p. 211). Uma propriedade funcional torna-se a referência de um termo moral quando ela causalmente regula o uso desse termo.

Este método procura garantir a objetividade da ética através das definições sintéticas, que delegam aos fatos que regulam a sustentação das crenças morais a responsabilidade pela justificação dos juízos que as expressam. Portanto, para Boyd, o primeiro dos realistas de Cornell a elaborar uma semântica moral realista, “*moral realism is an anti-subjectivist position*” (1988, p. 186).

Para ele, o argumento da questão aberta pode ser respondido através da abdução<sup>11</sup> de propriedades morais com base em teorias normativas substanciais, segundo um processo de investigação empírica. Ou seja, infere-se que para a melhor explicação da realidade existem propriedades naturais que são reunidas em um conjunto homeostático por apresentarem alguma propriedade em comum identificada por uma teoria normativa. Este conjunto homeostático de propriedades naturais é a base da superveniência dos termos morais funcionais. Em seguida, Boyd conclui que tais propriedades morais funcionais designam rigidamente aqueles conjuntos homeostáticos de propriedades naturais. O status metafísico objetivo destas propriedades morais funcionais causalmente regula a sustentação de nossas crenças morais. Este é o naturalismo sintético elaborado por Boyd que constitui a teoria semântica central do realismo de Cornell.

---

<sup>11</sup> A abdução, ou a chamada “inferência para a melhor explicação”, é um argumento cuja forma lógica é a seguinte: Se A então B, B, logo A. Nem todo argumento com essa forma é uma abdução; a falácia da afirmação do consequente também tem essa forma. O que caracteriza um argumento como abdução é o fato de haver uma conexão causal entre A e B. Dada essa conexão causal, podemos dizer que, uma vez que temos B, a melhor inferência que podemos fazer é concluir que A. A não se segue logicamente de B (tal forma lógica não é formalmente válida); porém, dada a conexão causal entre os dois, a existência de A é a melhor explicação para a existência de B. Por exemplo, temos a sentença condicional “Se choveu, então a rua está molhada”, e temos também a sentença “a rua está molhada”, daí concluímos que choveu. Como há circunstâncias em que a rua está molhada e não choveu (no caso, por exemplo, em que a rua foi molhada por um caminhão-pipa), temos de garantir a confiabilidade do argumento abdução, identificando outros efeitos produzidos por A (no caso, a sentença “choveu”), por exemplo, telhados molhados, o que não poderia ter sido feito por um caminhão-pipa. O debate acerca do raciocínio abdução inclui a acusação de que a inferência para a melhor explicação enfraqueceria a tese de que nossas inferências nos levam gradativamente à verdade. Outros consideram que a aplicação da inferência para a melhor explicação é um bom argumento a favor do realismo científico, onde a verdade que integra as teorias bem sucedidas quanto às suas predições, ou a postulação de certas entidades e leis, fornecem a melhor explicação dos fenômenos observados. Mais sobre o assunto: LIPTON, P. *Inference to the best explanation*. London: Routledge, 2005.

Entretanto a teoria semântica elaborada por Boyd enfrenta uma objeção específica que consiste na reformulação contemporânea do argumento da questão aberta: o argumento da terra gêmea. Sabe-se que o aspecto normativo/prescritivo atribuído ao significado dos juízos morais não recebeu muita atenção de Boyd, mas é exatamente este aspecto ou a ausência dele que se tornou uma das motivações às críticas que recebeu. Como Boyd assume algumas vezes, o realismo moral enfrenta problemas quanto à questão sobre a inerente característica motivacional atribuída aos juízos morais:

There remains but one of the challenges to moral realism which we are here considering. I have often been objected against moral realism that there is some sort of logical connection between moral judgments and reasons for action which a moral realist cannot account for. It might be held that the recognition that one course of action is morally preferable to another *necessarily* provides a reason for action (even if not a decisive one) to prefer the morally better course of action. Mere facts (especially *natural* facts) cannot have this sort of logical connection to rational choice or reasons for action. (1988, p. 214)

Boyd oferece apenas indícios de uma visão externalista sobre motivação moral:

What about the truism that moral judgments have commendatory force as a matter of their meaning or the plausible claim that the moral preferability of a course of action **always** provide a reason (even if not an overriding one) for choosing it? (1988, p. 186)

The moral realist must therefore **deny that the connection between morality and reasons for action is so strong as the objection we are considering maintains**. The appearance of an especially intimate connection must be explained in some other way (1988, p. 214).

Boyd reconhece que a sua concepção semântica de realismo moral gera naturalmente uma posição externalista de motivação moral, pois ela apenas oferece uma explicação “mecânica” sobre a determinação da referência dos termos morais, negligenciando sua função no raciocínio prático. Isto constitui uma forte razão para as objeções não-cognitivistas e anti-realistas. Estas críticas baseiam-se na tese internalista de que a motivação é parte necessária do significado dos juízos morais. Então, se este aspecto for apenas contingencialmente integrado ao significado desses juízos, a determinação da referência ocorrerá livremente sem a ação de uma propriedade geral cuja consideração fixe a referência:

There is supposed to be a single objective property which we’re all talking about when we use the term ‘good’ in moral contexts. But people’s moral concepts differ profoundly. How can it be maintained that our radically different concepts of ‘good’ are really concepts of one and the same property? Why not a different property for each significantly different conception of the good? Don’t the radical differences in our conceptions of the good suggest either a noncognitivist or constructivist conception of the semantics of the moral terms? (1988, p. 213)

O argumento da terra gêmea se baseará na idéia de que estas diferenças radicais devem-se ao fato de que a negligência da teoria de Boyd em relação aos aspectos disposicionais inerentes ao significado dos juízos morais leva sua teoria ao relativismo. Ou seja, o processo de determinação da referência proposto não é capaz de capturar o aspecto normativo, que funcionaria como um fixador da referência por ser elemento em comum às qualificações morais. Horgan e Timmons, os idealizadores do argumento da terra gêmea moral defenderão algo muito parecido com o que foi defendido por Moore, mas agora em termos sintéticos. Este argumento será apresentado abaixo.

#### **4. A versão contemporânea do argumento da questão aberta: o argumento da terra gêmea moral**

O teste da Terra Gêmea Moral<sup>12</sup> (TGM) é a crítica mais interessante ao realismo de Cornell. Com o mesmo objetivo do argumento da questão aberta (contra definições analíticas), em uma série de artigos Horgan e Timmons empregam o TGM para identificar a tensão entre o realismo moral e o naturalismo através da tese de que ou não é possível oferecermos definições naturais sintéticas para os termos morais, ou tais definições levam ao relativismo.

O TGM é uma aplicação da experiência de pensamento criada por Putnam<sup>13</sup>. Originalmente, a experiência foi elaborada para mostrar que o conteúdo das palavras não é

---

<sup>12</sup> A Terra Gêmea Moral é uma aplicação da experiência de Putnam no plano moral realizada por Timmons e Horgan e pode ser encontrado em: TIMMONS, M. & HORGAN, T. New Wave moral realism meets moral Twin Earth. *Journal of philosophical research*, 1991, 16: 447-65; \_\_\_\_\_. Troubles for New Wave moral semantics: the “Open Question Argument” revived. *Philosophical Papers*, 1992a, 21: 153-75; \_\_\_\_\_. Troubles on moral Twin Earth: moral queerness revived. *Synthese*, 1992b, 92: 221-60; \_\_\_\_\_. Troubles for Michael Smith’s Metaethical Rationalism. *Philosophical Papers*, 1996. 25: 203-31; \_\_\_\_\_. Copping Out on Moral Twin Earth, *Synthese*, 2000. 124:139-52; \_\_\_\_\_. Analytical Moral Functionalism Meets Moral Twin Earth In RAVENSCROFT, Ian (org.). *Minds, Ethics and Conditionals*. Oxford; Claredon Press, 2009. Timmons e Horgan desenvolveram em cada um destes artigos acima versões particulares para cada variedade de teoria metaética de caráter preponderantemente realista ou cognitivista.

<sup>13</sup> O teste da terra gêmea é uma experiência de pensamento desenvolvida por Putnam em seu artigo: PUTNAM, H. The meaning of “meaning”. In: *Mind, language and reality*, Cambridge University Press, 1972. Em resumo, o TG diz o seguinte: temos Oscar 1, habitante da Terra e Oscar 2, habitante da Terra Gêmea. Os dois Oscars são neurologicamente idênticos e neste momento consideram a palavra “água”. Se não há estados psicológicos distintos sem que haja uma correspondente diferença de estados físicos, então os Oscars estão exatamente nos mesmos estados psicológicos. Logo o estado psicológico em que Oscar 1 está quando compreende “água” é idêntico ao estado psicológico em que Oscar 2 está quando compreende “água”. Assim, Oscar 1 e Oscar 2 associam ao termo “água” a mesma intensão. Entretanto, diz o argumento, a extensão do termo “água” é diferente para Oscar 1 e Oscar 2. No primeiro caso a extensão do líquido é H<sub>2</sub>O, no segundo a extensão é XYZ. De acordo com as intuições mobilizadas por Putnam o significado de um termo não consiste apenas em estar sob certo estado psicológico. Para ele a extensão tem algo a contribuir para a determinação da referência, o que faz com que as palavras “água” e

determinado apenas pelas qualidades intrínsecas à mente do falante. Por outro lado, o objetivo inicial do argumento da Terra Gêmea Moral é *inverso* e consiste em mostrar que a determinação da referência da linguagem moral é dependente das associações teoréticas e desiderativas ou disposicionais subjacentes aos juízos morais, por sua vez intrínsecas ao falante. Horgan e Timmons atribuem a Hare (1956) a inspiração do argumento:

The moral that Hare derives from this thought experiment is that in addition to the descriptive meaning moral judgments may possess, they also possess what He calls ‘evaluative meaning’ and it is the fact that the evaluative meaning of moral terms is primary that explains why we are strongly inclined to say, upon contemplating Hare’s scenario, that the cannibals and missionaries mean the same thing in the moral judgments they make (1999, p. 68).

Com o TGM aprendemos que a semântica moral de Boyd está incompleta. Este teste procura mostrar que ao contrário do que acontece com o caso “água” e “H<sub>2</sub>O” ou “Clark Kent” e “Superman”, no qual os termos são designadores rígidos, os termos morais como, por exemplo, “justiça”, “correção” e “bondade” são designadores flácidos. A força desta objeção repousa no fato de que a explicação de Cornell oferecida por Boyd é incompleta em relação ao processo de determinação da referência, pois se concentra excessivamente na referência e negligencia os aspectos cognitivos e motivacionais inerentes ao uso da linguagem moral.

O teste da TGM consiste em imaginarmos uma situação em que o uso dos termos morais na Terra é regulado por certas propriedades funcionais cuja essência é capturada por alguma teoria normativa consequencialista C. Em seguida, consideramos um segundo contexto, a Terra Gêmea, um lugar onde os termos morais denotam propriedades funcionais cuja essência é capturada por uma teoria normativa deontológica D. Apesar disso, os habitantes dos dois mundos usam os mesmos termos morais para avaliar ações, pessoas, instituições etc. Em outras palavras, os usos dos termos morais na Terra e na Terra Gêmea apresentam a mesma função prática ou “*formal marks*”(1999, P. 61):

---

“Tágua” não possuem o mesmo significado, uma vez que denotam diferentes extensões em diferentes ambientes. O argumento de Putnam foi desenhado para defender o realismo metafísico e na minha visão é importante notar que a teoria *filtro* ou teoria *background* é a mesma, a saber, a Física e mais especificamente a Química. Já no caso do TGM as teorias são diferentes.

Were a group of explorers ever to visit Moral Twin Earth, they would be strong inclined to translate Moral Twin Earth terms ‘good’, ‘right’ and the rest as identical in meaning to our orthographically identical English terms. After all, the uses of these terms on Moral Twin bear **all of the ‘formal’ marks that we take to characterize moral vocabulary** and moral practice. In particular, the terms are used to reason about considerations bearing Moral Twin Earthlings’ well being. (...) Moral Twin Earthlings are normally disposed to act in certain ways corresponding to judgments about what is ‘good’ and ‘right’; they normally take such considerations about what is “good” and “right” to be especially important, even of overriding importance in most cases, in deciding what to do, and so on. (1999, p. 61)

The functional properties are similar enough to account for the fact that twin-moral discourse operates in Twin Earth society and culture in much the same manner that moral discourse operates on Earth. (1999, p. 61)

De acordo com esta experiência de pensamento, os termos morais parecem ter o mesmo significado, mas eles não fixam sua referência no mundo atual, como no caso do termo “água” no teste da Terra Gêmea original. Eles permitem que seu uso em mundos possíveis capture extensões diferentes das extensões capturadas no mundo atual. A incoerência da teoria causal semântica pode ser representada da seguinte forma:

1. Suponha que o externalismo semântico é verdadeiro<sup>14</sup>.
2. O termo moral  $M^t$  denota  $P^t$  e  $M^{tg}$  denota  $P^{tg}$ .
3.  $P^t \neq P^{tg}$ . (uma é capturada pela teoria normativa C e a segunda por uma teoria D)
4. Então  $M^t$  e  $M^{tg}$  diferem em significado,
5. Logo não pode haver desacordo moral.
6. **Mas** os habitantes dos dois planetas **podem** estar em desacordo moral genuíno
7. Então  $M^t$  and  $M^{tg}$  não diferem em significado.
8. Logo, o externalismo semântico é falso.

Entre os passos 1-5 do argumento o que ocorre é um desacordo quanto ao significado dos termos morais em função das diferentes teorias normativas endossadas pelos habitantes da Terra e da Terra Gêmea que, em consequência disso, fazem com que os termos capturem diferentes extensões. A princípio ambos os termos morais apresentam algo em comum (o fato de serem *morais*), mas após uma investigação empírica descobriu-se que os termos denotam propriedades

---

<sup>14</sup> Legenda:

$M^t$ : termo moral na terra.

$M^{tg}$ : termo moral na terra gêmea.

$P^t$ : propriedade natural na terra.

$P^{tg}$ : propriedade natural na terra gêmea.

Externalismo semântico: Each moral term  $t$  rigidly designates the property  $N$  that uniquely causally regulates the use of  $t$  by humans.

diferentes, pois a determinação da referência depende da configuração disposicional de cada falante levando-os a endossar teorias normativas diferentes. Pode ser que, por exemplo, os habitantes da Terra experimentem o sentimento de culpa com mais vivacidade do que os habitantes da Terra Gêmea. E por isso, **segundo uma teoria semântica externalista eles apresentariam uma diferença de significado, pois os termos** não são co-extensionais. Logo a substituição de um pelo outro geraria diferenças no valor de verdade final da sentença. Portanto, segundo uma perspectiva externalista, o TGM mostra que o realismo de Cornell leva ao relativismo moral, pois mesmo conscientes destas diferenças, os habitantes dos dois contextos estariam, a princípio, dispostos a usar estes termos com os mesmos objetivos, dessa maneira tornando-os intertraduzíveis.

Mas aquela propriedade em comum aos termos (dependente das disposições do agente) que os torna morais favorece a intuição de que os habitantes da Terra e da Terra Gêmea estão realmente em desacordo moral (6) e não meramente apresentando um desacordo quanto ao significado das palavras. Contudo, o desacordo moral, para ser genuíno, requer significado e referência unívocos (7) e a teoria semântica externalista não permite este resultado frente ao TGM (8), logo ela é falsa.

A partir deste ponto, Timmons nos oferece as seguintes opções interpretativas:

On the one hand we could say that the differences are analogous to those between Earth and Twin Earth in Putnam's original example, to wit: the moral terms used by Earthlings rigidly designate the natural properties that causally regulate their use on Earth; hence, moral and twin-moral terms *differ in meaning*, and are not intertranslatable. On the other hand, we could say that moral and twin-moral terms do not differ in meaning and reference and, hence that any apparent moral disagreements that might arise between Earthlings and Twin Earthlings would be *genuine disagreements* – that is, *disagreements in moral belief and in normative theory*, rather than disagreements in meaning (1999, p. 62).

Se os termos morais empregados no debate apresentam uma diferença de significado radical, não há porque discutir. Na minha visão, embora a princípio o uso dos termos morais pelos falantes denote extensões diferentes, pois empregam teorias normativas diferentes, eles ainda assim podem participar de um debate moral genuíno. Como os próprios Horgan e Timmons mencionam em citação anterior (p.26), os habitantes usam os termos e teorias com as mesmas “*formal marks*” ou intenções referenciais<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> É importante distinguir “intensão” (no sentido semântico, consagrado por Frege e hoje empregado pelos bidimensionalistas) de “intenção” (no sentido psicológico, na forma como utilizaram David Copp e David Brink, na defesa de suas teorias em relação às críticas geradas pelo teste da Terra Gêmea Moral, segundo o qual os termos



Dizer que as intenções referenciais são as mesmas nos dois contextos, significa dizer que os termos morais são usados da mesma maneira, ou seja, para controlar o comportamento, bem como para avaliar ações, pessoas, instituições, políticas e etc. Pretendo mostrar que o TGM nos ensina que a semântica moral proposta pelo realismo de Cornell não é falsa, mas apenas incompleta. O teste nos faz perceber que existem duas dimensões que contribuem para a determinação da referência: o conteúdo das intenções referenciais associadas ao termo e a extensão do termo no mundo atual. Se estas mesmas intenções referenciais podem ser expressas em diferentes mundos possíveis passamos a perceber com mais clareza aquilo que permanece associado aos termos morais em qualquer mundo possível independentemente de como o mundo atual venha a ser.

## 5. Conclusão

Ao longo deste capítulo, apresentei os pressupostos teóricos da discussão sobre semântica moral (as noções de internalismo e externalismo). Em seguida, procurei mostrar como Boyd responde o argumento da questão aberta. Vimos que Moore se atém ao naturalismo analítico e isso torna sua objeção ineficaz frente ao desenvolvimento filosófico proposto pelo naturalismo sintético. Ao fim do capítulo, mostrei que a resposta de Boyd não é satisfatória tendo em vista a reformulação da questão aberta representada pelo teste da terra gêmea moral. No próximo capítulo defenderei que o realismo de Cornell possui as virtudes teóricas necessárias para superar o argumento da terra gêmea moral. Esta estratégia baseia-se na resposta oferecida por Copp e Brink na qual eles empregam a noção de intenção referencial, originalmente elaborada por Putnam.

---

morais são designadores flácidos). Se o sentido psicológico pode ser reduzido ao sentido semântico, constitui parte do argumento sobre se o sistema semântico Kripke-Putnam, no qual o realismo de Cornell se baseia, pode ser complementado pelo bidimensionalismo para explicar o problema da motivação moral. Para a compreensão do estado atual do debate acerca do bidimensionalismo conferir: GARCIA-CARPINTERO, M. e MACIÀ, J. (org.) *Two-dimensional semantics*. Oxford University Press, 2006; e SOAMES, S. *Reference and description: a case against two-dimensionalism*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

### Capítulo 3

#### A resposta do realismo de Cornell para o Argumento da Terra Gêmea Moral

##### 1. Introdução

Neste capítulo final, meu objetivo é mostrar que o realismo naturalista está salvo do argumento da terra gêmea moral através do recurso à noção de intenções referenciais. Concluirei que embora a localização da normatividade continue sendo um grande desafio para as teorias metaéticas realistas naturalistas, o realismo de Cornell garante a determinação objetiva da referência através de um método provavelmente capaz de acomodar a dimensão dinâmica inerente à fenomenologia moral.

##### 2. A falha do argumento da terra gêmea moral

O insight da resposta para o TGM de Horgan e Timmons é encontrado em Putnam, o próprio criador do argumento da terra gêmea. Ou seja, a partir de um argumento inicial  $x$  foi elaborado um argumento semelhante  $y$  para desafiar uma teoria  $T$ , entretanto na estrutura de  $x$  encontramos elementos úteis para a defesa de  $T$  frente à  $y$ . Estes elementos são encontrados em pontos não aprofundados ou menos freqüentados da teoria do significado de Putnam e nos oferecem as pistas iniciais para a solução proposta por Brink e Copp baseada na noção de intenções referenciais.

É importante lembrar que há uma diferença importante entre o TG e o TGM. O primeiro foi elaborado para provar que o significado dos termos naturais não depende somente da psicologia do falante, mas também da extensão. O segundo foi elaborado para mostrar que o significado dos termos morais não depende somente da extensão, mas também de uma propriedade psicológica comum aos falantes. Desconsiderando, por um momento, que os argumentos tratam de domínios diferentes da linguagem, uma observação dos dois argumentos em paralelo sugere que existem duas dimensões atuantes na determinação da referência: a extensão e a psicologia.

Em *Mind, Language and Reality* (1975) de Putnam encontramos não só o TG, historicamente considerado um argumento em favor do externalismo semântico, mas também o esboço sobre os fundamentos psicológicos que desempenham alguma função na determinação da referência. Putnam não é muito claro sobre este assunto, mas o encontramos dizendo algo como:

Imagine a race of creatures - perhaps higher animals - who are just beginning to evolve pre-speech behaviours. They notice middle-sized material objects of various kinds, and occasionally they need to call one another's attention to various of these objects. One especially clever creature develops the habit of *pointing with his finger* at an object and saying a noise which sounds like 'Lewkthis'. Other members of the tribe imitate this (after recent observations of chimpanzee behaviour both in the wild and in experimental situations, this is not so implausible); and soon the creatures develop a full set of what I shall call Grician intentions (cf. Grice, 1957, 1968, 1969); that is intentions to call attention to an object by pointing and uttering 'Lewkthis'; the intention being to do this partly by recognition of this very intention (1975, p. 284).

(...) thus the principle describes intentions which actually exist and are for the most part honored in the linguistic community - and it is a normative principle; we should honor it, for otherwise stable reference to theoretical entities would almost surely be impossible (1975, p. 275).

Escolhi estas citações para mostrar que Putnam conta uma pequena estória sobre como as intenções referenciais teriam se formado através da evolução da linguagem. Esta estória enfatiza o ponto em que a linguagem desenvolveu-se a partir da nossa *vontade* de referir a objetos, relações e eventos. Embora as nossas palavras dependam, em parte, do mundo; ao mesmo tempo, a linguagem é fruto de nossa própria disposição em querer falar sobre certas coisas e não outras.

É essencial para a compreensão da resposta de Copp e Brink notar que a noção de intenção referencial associado por Horgan e Timmons à determinação da referência dos termos morais é o mesmo associado por Putnam. Contudo, embora Horgan e Timmons admitam que no TGM as intenções referenciais sejam as mesmas, eles não acreditam que elas sejam suficientes para fixar a referência:

A defender of moral realism might attempt to avoid Boydian causal semantics and appeal, say, to our linguistic intentions regarding our uses of moral terms like “good” and “right” in trying to give a realist account of moral reference. Again, the Moral Twin Earth, argument is a recipe that can be adapted and applied to various realist attempts to nonarbitrarily pin down the referents of moral terms including proposals that do not make use of causal regulation stories. (1999, p. 66-7)

Talvez eles acreditem que as intenções referenciais não garantam o caráter modal de necessidade tradicionalmente atribuído à relação entre um juízo moral e suas qualidades motivacionais. Em outras palavras, parece que para Horgan e Timmons nem a objetividade, nem a normatividade dos juízos morais é explicada pela introdução da noção de intenções referenciais. Mas esta pressuposição compromete Horgan e Timmons com perspectivas internalistas, segundo

as quais os juízos morais são necessariamente motivadores<sup>16</sup>. Timmons extrai a seguinte conclusão do TGM:

First, I do think that the point of Moral Twin Earth is that moral discourse is essentially evaluative discourse. Second, I agree with Brink's assessment of the various internalist theses he considers – they implausibly represent the connection between morality and action. But from the fact that standard versions of internalism are implausible, we should only conclude that the more standard forms of internalist should be rejected (1999, p. 68).

Dessa maneira, se o TGM estiver correto, então a sobrevivência do argumento da estranheza e do argumento da questão aberta estará garantida:

But in light of what the Twin Earth reveals about the evaluative nature of moral language, we can also revive the first of Mackie's queerness arguments. (...) This argument appeals to the evaluative nature of moral terms (and discourse) and claims that were there objective moral properties corresponding to such terms, they would be ontologically queer (1999, p. 69).

Em *Realism, Naturalism, and Moral Semantics* Brink concorda com Timmons:

If so, we can be realists or naturalists about ethics, but not both; in particular, we cannot defend moral realism against Moore's AQA (2001, p.165)

Portanto, ou seremos capazes de mostrar que o TGM negligencia aspectos psicológicos importantes do ponto de vista semântico, a saber, o conteúdo das intenções referenciais. Ou reconheceremos que mesmo que o TGM considere tais intenções, o resultado teórico do teste leva ao internalismo motivacional, uma perspectiva muito difícil de ser acomodada pelo realismo moral naturalista. Como o próprio Copp aponta de forma prudente:

A close look shows that the Moral Twin Earth argument poses no threat to moral naturalism. To say this is not to say that synthetic moral naturalism is without difficulties. I believe that in fact it has difficulty accounting for the normativity of moral claims. My goal is the modest one of making Moral Twin Earth safe for naturalists (Copp, 2007, p. 204).

Vejamos como Copp e Brink se posicionarão para responder ao problema.

---

<sup>16</sup> É importante deixar claro que o *existence internalism* (*reasons internalism* ou *internalism about reasons*) segundo o qual as considerações morais fornecem razões para agir pertence à área da racionalidade prática e não é o foco desta pesquisa. Minha análise dirige-se a um tipo de explicação do mecanismo motivacional que se concentra no caráter modal da conexão entre a elocução de um juízo moral e o estado mental motivador: o *judgment internalism*. A mais conhecida teoria representante desta corrente, o *motivational judgment internalism* (MJ*I-simpliciter*) afirma que uma pessoa que sustenta a crença de que uma ação é correta, apresentará o desejo de agir conforme o seu próprio juízo.

### 3. Resposta do Brink e Copp ao argumento

A resposta de Brink (2001) e Copp (2007) visa proteger o naturalismo moral, sem abandonar a normatividade. Para isso eles propõem algumas alterações na concepção de regulação causal proposta por Boyd (1988). Para eles o significado é determinado por dois fatores: as intenções referenciais e o objeto que se está em contato causal no ato da denotação: *“In general, the referent of a term t is determined by the conspiracy between the actual nature of the stuff in the samples we use in explaining t, on the one hand, and our referential intentions, on the other hand”*. (COPP, 2007, p. 205). É a simetria entre estes dois fatores que determina a extensão de um termo. Eles lembram que segundo Putnam esta estratégia *“applies to the great majority of all nouns, and to other parts of speech as well”* (Putnam, 1975, p. 242).

Tanto Copp quanto Brink, ao recorrer à estratégia das intenções referenciais, buscam por uma propriedade genérica e abstrata o suficiente para constituir o conteúdo das intenções referenciais: *“To apply it to moral terms, we need to know the content of the referential intentions with which we use the terms”* (2007, p. 207).

Para chegar ao conteúdo das intenções referenciais Brink parte da observação de que, *“one way in which referential intentions function in the theory of direct reference is to provide continuity of reference among a community of inquirers”* (2001, p. 171). Esta continuidade se dá através do compartilhamento das intenções, ou seja, o uso das palavras pelos falantes resulta da intenção de falar sobre a mesma coisa. Como diz Brink:

The intentions of the moral inquirers to say and think things about the same features of people, actions, and institutions as each other, will block ascription of different meanings or reference to fellow participants in a common moral inquiry (2001, p. 173).

Como podemos ver as intenções unificam o discurso e permitem que os falantes entrem em acordo quanto a que tipo de objeto pode satisfazer suas intenções. Dessa maneira, o modo como descobrimos quais feixes homeostáticos de propriedades naturais realizam as propriedades morais funcionais depende do controle das intenções referenciais dos falantes durante o uso dos termos morais. Estas intenções guiam a investigação e determinação dos objetos que caem na extensão desses termos.

Entretanto, para que a noção de intenções referenciais não motive versões metaéticas relativistas, onde cada um apontaria o que lhe convém como objeto de suas intenções, Copp e Brink defendem a identificação de uma propriedade geral que estabeleça um critério fixador. Quando apresentei a teoria de Boyd no segundo capítulo, vimos que para reunirmos as

propriedades naturais moralmente relevantes dentro de um conjunto homeostático também precisamos de uma propriedade geral. Os filósofos do realismo de Cornell diferem quanto a alguns aspectos deste critério, mas todos admitem que ele precisa ser de alguma forma bastante genérico. Brink explica que:

To apply this account to the moral case, we need some parallel descriptive specification of the referential intentions of moral inquirers. This requires a descriptive formulation of the moral point of view, but it must be a description that is sufficiently **abstract** so that a wide variety of views might be thought to satisfy this description. Moreover what best satisfies this description must be a matter of substantive moral theory. (2001, p. 172)

Brink nos diz abaixo como obtemos tais generalizações:

Our actual use of moral predicates is imperfectly guided by our (perhaps implicit) acceptance of moral principles that identify morally relevant factors. We identify principles by looking for patterns in our actual and counterfactual judgments that employ those predicates; we test these principles by drawing out their implications for real or imagined cases and comparing these implications with our own existing or reflective moral assessments of those cases (2001, p. 168).

Brink sugere que através deste processo identificamos uma propriedade ou princípio geral. Assim, na medida em que as intenções referenciais são abstratas o suficiente para serem as mesmas nos dois contextos de avaliação, é possível que os debatedores identifiquem as diferenças nas teorias normativas que fundamentam seus termos ou juízos morais e passem a adaptar uma à outra ou até mesmo adotar uma das duas em detrimento da outra com o intuito de denotar às mesmas extensões ou mesmos valores de verdade, ou seja, entrar em acordo.

Por exemplo, o conceito de “justiça” pode ser utilizado por diferentes concepções como as utilitaristas, igualitaristas ou liberais e assim denotaria extensões diferentes. Entretanto, podemos dizer que ainda há algo em comum e abstrato associado a “justiça” que permanece através das concepções normativas. Este algo abstrato é apontado pelas intenções referenciais das pessoas que, quando empregam “justiça”, querem falar da mesma coisa e assim criam uma dimensão interpessoal dos termos morais. Segundo Brink:

This understanding of the concept of morality admits of many very different conceptions. It admits of a Kantian interpretation in terms of the universal law formulation of the Categorical Imperative, as well as a Humean interpretation in terms of affective responses from the general point of view. (2001, p. 174)

Esta é uma grande vantagem, pois o emprego das intenções referenciais adicionada à noção epistêmica de referência de Boyd (1988) permite explicarmos como dois debatedores discutindo sobre uma questão moral podem, apesar de sustentar crenças diferentes, discutir sobre as qualificações morais de um mesmo evento. Embora eles sustentem crenças diferentes, elas são

sustentadas com as mesmas intenções. A partir de um compartilhamento das intenções referencias, ou seja, quanto ao princípio geral que controla o uso dos termos morais em questão, os debatedores tornam-se aptos a identificar as diferenças nas teorias normativas que eles endossam e encontrar uma possível extensão em comum para suas qualificações morais.

Copp também enfatiza que os termos precisam capturar uma propriedade abstrata própria aos termos morais que possa ser aceita como inerente a estes termos quando eles representam diferentes conceitos normativos. Esta característica geral permite a tradução entre os termos morais e os naturais, sem que os termos denotem entidades iguais:

To understand this point, it needs to be understood that translation is more like trying to find someone who looks enough like you to pass muster in a Police lineup than it is like trying to find your identical twin. (2007, p. 213).

Copp menciona o exemplo do termo “milk” para mostrar que mesmo que os termos correspondentes aos dois grupos diferem quanto a propriedade que denotam, eles não necessariamente diferem quanto ao significado. Em resumo, ele procura mostrar que os aspectos funcionais são mais relevantes para determinar a referência do que os aspectos constitucionais da extensão.

Clearly, then, the “physical properties” that determine whether two samples [of milk] bear the same<sub>L</sub> relation to each other need not be chemical in nature. Milk is in fact *a liquid that is produced by the mammary glands of female mammals that have recently given birth, in order to nourish their young*. It is presumably this ‘functional’ and ‘genetic’ property that, on Putnam’s account, would be relevant to determining whether a glass of a white liquid bears the same<sub>L</sub> relation to the milk in my fridge (Putnam 1975, p. 239, 241 *apud* Copp, 2007, p. 205)

Esta noção de propriedade genética ou funcional é a mesma noção de propriedade que Brink tinha em mente quando disse que a intenção referencial remete-se a uma propriedade abstrata o suficiente para que possa ser empregadas por todos e inclusive pessoas que sustentam teorias normativas diferentes. No caso da terra gêmea moral são as mesmas intenções referenciais que entram em ação, pois a função dos termos é, nos dois casos, avaliar e controlar o comportamento moral. Logo as partes não estão necessariamente em desacordo sobre o significado, pois os aspectos funcionais associados aos termos são os mesmos:

By construction of the Twin Earth scenarios, Earthling moral terms and Twin Earthling twin-moral terms **play the same role** in people’s lives on the two planets. The term “wrong” in Twin English is like the English term “wrong” in that it is standardly and conventionally used to express negative appraisals of actions (2007, p. 214).

Então, agora sabemos que as intenções referenciais têm o **aspecto formal** de serem critérios ou princípios que uma vez abstraídos apontam para uma mesma propriedade geral. Sabemos também que estas intenções, por desempenharem a mesma função em diferentes contextos de avaliação, unificam a determinação da referência. Portanto, é natural queremos saber o conteúdo descritivo desta propriedade geral que Brink e Copp elegem como abstrato o suficiente para constituir o conteúdo das intenções referenciais.

Brink aposta na manutenção e florescimento da vida e Copp se apóia na noção de *social-centered theory*. Vejamos abaixo cada uma das respectivas formulações:

Brink:

He [moral realist] might claim that what is essential to moral properties is the causal role which they play in the characteristic activities of human organisms. In particular, the realist might claim that moral properties are those which bear upon the maintenance and flourishing of human organisms. Maintenance and flourishing presumably consist in necessary conditions for survival, other needs associated with basic well-being, wants of various sorts, and distinctively human capacities. People, actions, policies, states of affairs, etc. will bear good-making moral properties just insofar as they contribute to the satisfaction of these needs, want, and capacities (Brink, 1984, p. 121-2)

Copp:

My own society-centered moral theory suggests a[n] account of the semantic intentions with which speakers use moral terms. The theory provide an account of the content and truth conditions of moral propositions. It identifies the property of rightness – that is, the property of being the right action in a context C – with the property of being required by the code of rules, whatever it is, the currency of which in S actually would best contribute to S’s ability to meet its needs – its needs, *inter alia*, for social stability, for peaceful cooperative interaction among its members, and for its members to be able to contribute to the overall flourishing of the society (2007, p. 237)

Contudo, estas formulações em termos de intenções referenciais **apenas garantem a objetividade da determinação da referência e mostram que o TGM não é eficaz contra o realismo moral naturalista**. Mas os realistas de Cornell não deixam claro como acomodarão o componente normativo/motivacional inerente ao significado dos juízos morais em termos de intenções referenciais. Embora o aspecto normativo seja normalmente considerado em termos meramente psicológicos, não há nenhum indício de que os autores identifiquem os estados mentais próprios às intenções referenciais com os estados mentais intrinsecamente motivadores consagrados pelas teorias internalistas sobre motivação moral. Parece-me que tudo o que Copp e Brink podem dizer nesse sentido é que a intenção das pessoas é a de denotar fatos que quando



acreditados pelas pessoas, fazem com que suas crenças nestes fatos necessariamente gerem atitudes correlatas.

#### **4. Considerações finais sobre o desenvolvimento da semântica moral de Cornell e suas limitações**

##### **4.1. Dificuldades de acomodação do caráter normativo ou motivacional**

É importante notar que a estratégia baseada nas intenções referenciais compartilhadas pelos falantes incorre num certo tipo de vagueza. Termos como *flourishing*, *equal respect* ou *peaceful cooperative interaction* são muito vagos e não parecem ser suficientes para determinar a referência dos termos morais. Não temos evidências para afirmar que sabemos com clareza que tipos de fatos, relações e etc. são necessariamente o alvo de nossas intenções referenciais em casos morais. Pois ainda parece plausível argumentarmos que as pessoas podem identificar outras propriedades abstratas que não sejam as apontadas por Brink e Copp.

Tudo o que as intenções parecem garantir é que as partes em debate estão *querendo* discutir sobre a mesma coisa. Em outras palavras, baseados nesta estratégia apenas podemos inferir que os debatedores reconhecem que estão conversando sobre os mesmos itens naturais e que ambos concordam que o interlocutor também tem a intenção de oferecer qualificações morais sobre este mesmo evento. Mas me parece que a postulação daquelas propriedades abstratas (Brink, 2001) ou funcionais/genéticas (Copp, 2007), embora sejam suficientes para propiciar alguma intersubjetividade, não garantem rigidez alguma na determinação dos termos morais.

Retomando o exemplo do termo “justiça”, acredito que podemos dizer que as intenções referenciais permitem que aqueles que debatem sobre justiça, em termos liberais, igualitaristas ou utilitaristas, podem atingir um acordo moral. Embora eles usem o mesmo termo moral para denotar extensões diferentes, o fato de que empregam estes termos com as mesmas intenções abre uma possibilidade de que eles reconheçam que estão falando sobre duas coisas diferentes, mas com a *intenção* de falar sobre a mesma coisa. Logo, seriam, em tese, capazes de reconhecer que uma das partes está equivocada quanto às suas qualificações morais. Dessa maneira, a noção de intenção referencial favorece uma denotação intersubjetiva, mas não designa rigidamente, pois deixa em aberto se a consideração de tais extensões, após reflexão, seria necessariamente motivadora.

Isto acontece porque o realismo de Cornell não deixa claro como a mera postulação de critérios gerais, abstratos e funcionais identificam fatos cuja consideração implique necessariamente na disposição de agir em acordo, ou seja, a explicação ainda apresenta o problema da acomodação dos aspectos motivacionais. Os argumentos mencionados no primeiro capítulo são essencialmente internalistas, ou seja, *“internalism is, after all, supposed to function as an a priori constraint on what is to count as a moral judgment. The connection between judgment and motivation must therefore hold in virtue of the content of the moral judgment itself.”* (Smith 2008, p. 210). Nesse sentido, uma boa resposta realista a estes argumentos será mais eficiente se também for oferecida sob condições internalistas e, dessa maneira, acomodar a normatividade moral. Brink é bastante conhecido por sua posição externalista de motivação moral, o que provavelmente enfraquece sua proposta semântica. Como lemos em *Moral Realism and The Foundations of Ethics*:

Externalism provides a more plausible account of the connection between morality and motivation; it makes the motivational force of moral considerations a matter of **contingent psychological fact**, depending on the beliefs and desires happen to have. First because it does not make the motivational force of moral obligations a conceptual feature of morality, externalism does not hold the scope and stringency of moral obligations hostage to people’s actual desires. Second, externalism also makes the motivational force of moral judgment and moral belief a matter of contingent psychological fact, depending on both the content of people’s moral views and their attitudes and desires (1989, p. 49)

Para Brink, a motivação é contingente e estar motivado, inspirado ou ter o desejo de agir de certa maneira é um tipo de estado mental diferente dos estados mentais associados às descrições, ainda que sejam abstratas. Brink argumenta que a conexão entre crenças e desejos subjacente às ações morais é de natureza contingente, logo podemos dizer que a propriedade motivacional atribuída aos itens morais não é parte necessária do significado dos termos morais. **Entretanto, o externalismo motivacional, apesar de parecer uma posição intuitiva e logicamente possível, ainda hoje não possui corroboração científica. Isto constitui um fator que enfraquece a proposta semântica de Cornell.**

Com a intenção de encontrar evidências que sustentem uma argumentação externalista ou que, pelo menos, mostrem que o internalismo é falso, Nichols (2002) realizou uma pesquisa baseada num questionário oferecido a um grupo de estudantes de graduação, tendo em vista a captura das intuições de pessoas comuns e exteriores ao debate metaético. Roskies (2003), por sua vez, fundamentou-se em estudos sobre pacientes com danos no córtex frontal ventromedial

(pacientes VM), uma área ligada à região de recepção de estímulos externos e produção de emoções, mas também relacionada à região responsável pela cognição lingüística. Os pacientes VM (com personalidades normais antes do dano) geralmente desenvolvem conduta social anormal, acarretando conseqüências pessoais negativas. Na literatura do caso descobrimos que danos nesta área podem causar problemas de iniciativa e motivação ou inércia comportamental, tomadas de decisões inadequadas e inabilidades de planejamento.

. Eles buscam demonstrar, a partir de contra-exemplos reais, que a moralidade não é conceitualmente interna à racionalidade. Em outras palavras, estas pesquisas esperam encontrar provas empíricas para afirmar que tal conexão existe, mas é contingente e *a posteriori*, já que nem sempre ser um agente racional e emitir juízos morais legítimos implica em estar correspondentemente motivado a agir de acordo com os princípios morais que se sustenta.

Contudo, as evidências compartilhadas por Roskies e Nichols não são conclusivas e por isso não corroboram a tese externalista, nem constituem contra-exemplos efetivos ao internalismo. Elas ainda demandam um direcionamento semântico e normativo mais específico para que possam cumprir esta tarefa. Portanto, a base de argumentação em favor do externalismo continua dependente do refinamento das evidências, mantendo o internalismo como uma posição viável e atraente.

Vejamos cada um dos casos com mais precisão:

#### **4.1.1 O caso de Nichols**

Primeiramente vejamos o caso dos psicopatas. Smith, um conhecido internalista motivacional queria que a sua teoria não excedesse as platitudes mais comuns. No entanto, Nichols procurou mostrar que pessoas normais não estão inclinadas a considerar os juízos morais segundo a platitude internalista. Sua pesquisa consistia em pedir aos estudantes que respondessem a seguinte questão:

John is a psychopathic criminal. He is an adult with normal intelligence, but does not show morally emotional reactions when he hurts other people. John has hurt and indeed killed people when he has wanted to steal their money. He says that he knows that hurting and killing other people is wrong, but he simply does not care if he does things that are wrong. Then, does John really understand that hurting and killing is morally wrong? (2002, p. 06)

85% responderam que o criminoso psicopata entende que suas ações são moralmente erradas, apesar da sua falta de motivação em agir de acordo com este reconhecimento. Segundo Nichols, esta pesquisa indica de forma bastante plausível que as pessoas estão dispostas a considerar que indivíduos racionais podem reconhecer uma exigência moral sem ao mesmo tempo estarem motivados a agir de acordo, além de não demonstrar qualquer sentimento de culpa.

Entretanto, podemos encontrar uma grande variedade de estudos relacionados à psicopatologia onde se afirma que a capacidade de articulação racional e comunicativa destes pacientes é significativamente danificada. Blair (1995) mostrou que os psicopatas são insensíveis às diferenças entre as ações consideradas erradas tanto por razões convencionais quanto por razões morais. Esta distinção é um passo fundamental no desenvolvimento da competência lingüística dos termos morais e sua ausência compromete a legitimidade da emissão de juízos morais.

Similarmente, estudos realizados com depoimentos de psicopatas indicam a falta de compreensão de conceitos morais fundamentais (para exemplos, Cf. Hare, 1993). Os sujeitos observados apresentam déficits afetivos significativos de modo que as palavras referentes às emoções são destituídas de qualquer conteúdo (Hare, Williamson e Harpur, 1988). Os pesquisadores relatam a impressão de que, para estes indivíduos, os termos morais não exercem qualquer controle sobre o comportamento.

Além disso, é preciso lembrar que segundo a versão internalista de Smith, um agente moral deve demonstrar um conjunto sistematicamente justificado de desejos. (1994, p. 158). Neste caso, os psicopatas estão muito longe dos agentes maximamente racionais, pois os psicopatas não são capazes de justificar juízos morais em função do bem estar dos envolvidos.

As condições lingüísticas e epistemológicas em que se encontram os psicopatas comprometem seriamente o emprego destes indivíduos como evidências a favor do externalismo. Portanto, vejamos agora o caso dos pacientes VM.

#### 4.1.2. O caso de Roskies

Em sua análise, Roskies argumenta que estes indivíduos são a prova de que o conteúdo dos juízos morais é independente das estruturas neurais de atividade emocional responsáveis pela motivação, sendo estas apenas contingentemente conectadas ao sistema cognitivo. Logo, a crença moral e a motivação são itens dissociáveis (2003, p. 61).

Segundo Roskies, os pacientes VM possuem crenças morais e são capazes de emitir juízos morais exatamente como pessoas comuns. Entretanto, em situações hipotéticas “eticamente carregadas” estes pacientes não apresentam a correspondente motivação que supostamente acompanharia os juízos (2003, p.57).

Roskies defende a hipótese de que as áreas envolvidas na elaboração do juízo moral normalmente enviam o seu *output* para as áreas de caráter afetivo, resultando em motivos que, em alguma instância, causam a ação. O córtex ventromedial é justamente a área responsável pela conexão causal entre as regiões cognitiva e afetiva. Daí infere-se que os pacientes com danos nesta região cerebral apresentam dificuldades para cumprir procedimentos comuns de relacionamentos sociais. Não obstante, para que os pacientes VM sejam considerados contra-exemplos ao internalismo precisamos analisar se as disfunções sociais apresentadas pelos pacientes VM podem ser consideradas disfunções morais.

Os internalistas procuram desqualificar os pacientes VM como evidências e os enquadram no mesmo caso semântico do amoralista e do psicopata. Eles argumentam que os pacientes VM não possuem competência lingüística dos termos morais. Mas, diferentemente dos casos anteriores, nos pacientes VM as estruturas cerebrais responsáveis pela linguagem, memória e conhecimento estão intactas. Eles já tinham competência dos termos morais antes dos danos cerebrais e não há indícios que tenham perdido tal competência. Portanto, a princípio, estes pacientes possuem suficiente competência lingüística dos termos morais.

Contudo, existem outras críticas que ainda desfavorecem os pacientes VM enquanto boas evidências contra o internalismo. Kennett & Fine (2008) apontam para alguns problemas relacionados ao juízo moral emitido pelos pacientes VM. Elas afirmam que somente juízos morais *in situ*<sup>17</sup> e endossados pelo agente em primeira pessoa podem contar como verdadeiras

---

<sup>17</sup> Kennett & Fine propõem cinco tipos de dimensões de juízo moral (2008, p. 181):

1. Terceira pessoa: o que alguém deve fazer;
2. Segunda pessoa: o que você deve fazer (conselho);
3. Primeira pessoa: o que eu devo fazer;

versões de internalismo motivacional. Além disso, os estudos com os pacientes VM foram realizados por neurologistas, logo, não apresentam correlações específicas com questões filosóficas. Ainda que nos sejam úteis, as evidências não foram obtidas sob perspectivas determinadas por teorias normativas substanciais. Portanto as evidências em questão estão longe do ideal para determinar a falsidade do internalismo.

Outro fator agravante é que as situações em que os pacientes VM foram testados não são “eticamente carregadas” como afirma Roskies (2003, p. 57). Na minha visão, o teste do baralho de Iowa não é uma questão de moralidade, mas apenas de aprender qual maço de cartas é mais vantajoso. E as opiniões sobre as imagens de “caráter moral” são aleatórias. Os pacientes VM apenas foram requisitados a dizer o que sentem em relação às imagens, mas não há nenhum tipo de raciocínio moral explícito. Em outras palavras, não se declara quais são os princípios morais aos quais estas opiniões se remetem ou a teoria normativa substancial que subscreve os juízos morais emitidos pelos pacientes.

Para que as evidências sejam eficazes contra o internalismo é preciso que o teste inclua especificações substanciais em relação a doutrinas morais consequencialistas e não-consequencialistas endossadas pelos participantes do teste. Os juízos deontológicos e os juízos consequencialistas são manifestações de dois padrões psicológicos dissociáveis e constituem duas maneiras diferentes de pensamento moral. Por isso acredito que exercem funções no pensamento moral que também são dissociáveis, acarretando assim, resultados diferentes em possíveis testes empíricos.

Gostaria de mencionar como exemplo que, contrariamente à tradição filosófica, Greene procura mostrar que a deontologia é uma tentativa de produzir justificativas racionais para juízos morais emocionalmente dirigidos e não uma tentativa de atingir conclusões com base em raciocínios morais (2008, p. 39). Por outro lado, as teorias morais consequencialistas tendem a produzir juízos morais calculados com base em exercícios de racionalização moral. Dessa forma, é comum que as pessoas apresentem respostas muito diferentes a casos morais em diferentes contextos<sup>18</sup>. Neste caso, o teste com pacientes VM é inócuo, pois não sabemos se os juízos morais emitidos por eles são consequencialistas ou não. Caso fossem juízos morais de caráter

---

4. Juízo de poltrona: sobre situações hipotéticas ou sobre que tipos de princípios deveríamos adotar para governar nossas escolhas;

5. *In situ*: o que deveria ser feito em circunstâncias reais.

<sup>18</sup> Cf. casos *Footbridge* e *Trolley* (Thomson, 1986).

deontológico acredito que teríamos uma probabilidade maior de refutar o internalismo, pois aqui a ação moral provavelmente dependeria da conexão entre as áreas cerebrais cognitiva e afetiva com maior intensidade do que na produção de juízos morais consequencialistas.

Mesmo que todas estas condições sejam satisfeitas ainda temos o problema de saber qual é a teoria semântica atribuída ao juízo moral sob análise na pesquisa. Percebi que ao longo do debate metaético sobre motivação moral, internalistas e externalistas estão dispostos a considerar que as concepções de juízo moral geradas por suas teorias são muito diferentes. Para os internalistas o juízo moral é resultado de um processamento *a priori* de informações, enquanto para os externalistas o juízo moral advém de interações causais com fatores extrínsecos à mente do falante. Estas diferenças são fundamentais para sabermos qual teoria semântica e normativa será atribuída aos juízos morais que serão testados na pesquisa. Portanto a ausência de especificações semânticas e normativas relativas aos testes empregados com pacientes VM me leva a concluir que o internalismo permanece ileso.

#### **4.2. Vagueza e Desconhecimento da referência**

Vimos no item acima que acomodar o impulso motivacional na estrutura semântica oferecida pelo realismo moral naturalista ainda é muito difícil. Por outro lado, a vantagem desta explicação em termos de intenções referenciais é que ela estabelece uma conexão entre os itens lingüísticos (palavras e sentenças) e a psicologia (intenções referenciais) em uma teoria que até então era criticada por negligenciar justamente este aspecto da fenomenologia da linguagem.

A habilidade da teoria causal em permitir o desconhecimento dos referentes é uma de suas grandes virtudes. Na teoria descritiva, o referente de um termo é qualquer objeto que satisfaça a descrição que os falantes associam aos termos. Logo, se um falante **não** associa a correta descrição ao termo, o termo não denotará da forma esperada. Opostamente, Kripke considera varias maneiras em que os falantes são ignorantes ou sustentam falsas crenças sobre objetos os quais eles, mesmo assim, denotam com sucesso.

Suponhamos que a descrição associada ao nome “Godel” é “a pessoa que provou o teorema da incompletude”. Em seguida consideremos que um homem chamado Schmidt, e não Godel, provou a incompletude da aritmética. Godel, de alguma forma, foi responsabilizado pela prova que foi falsamente atribuída a ele. Kripke diz que se esse for o caso, o termo “Godel” denotaria Godel e não Schmidt, embora é Schmidt quem satisfaz a descrição “a pessoa que

provou...”, descrição que equivocadamente associamos ao termo “Godel”. Na teoria descritivista, o termo “Godel” denotaria Schmidt e não Godel, pois é Schmidt quem satisfaz a descrição relevante. Opostamente, a teoria causal explica como o termo “Godel” ainda denotaria Godel, apesar da larga ignorância sobre as realizações intelectuais de Godel, e mesmo se a maioria do que acreditamos sobre Godel é falso. Isto acontece porque mesmo que não tenhamos as descrições corretas da extensão, há um compartilhamento da intenção de falar sobre Godel.

Da mesma forma esta explicação pode relacionar os termos morais às descrições gerais e abstratas a que chegamos a partir de nossas intenções referenciais. Dessa maneira, as intenções referenciais, em conjunto com o contato causal com porções de eventos que contém em si aquela propriedade abstrata, transmitem a referência com sucesso sem que façamos parte da corrente causal correta.

Contudo, isto no leva a um problema um pouco diferente. A teoria parece implicar que empregamos o termo “justiça” como se ele realmente denotasse, por exemplo, maximização da felicidade, independentemente do fato de que o termo “justiça” jamais tenha sido causado por eventos que proporcionaram maximização da felicidade no mundo atual. Mas se nenhum termo “justiça” foi alguma vez causado por eventos que proporcionaram maximização da felicidade, ou seja, se não estamos na relação causal apropriada para o nosso termo “justiça” denotar a extensão eleita (uma vez que a maximização da felicidade nunca for realizada) então a teoria causal não pode explicar como “justiça” denota maximização da felicidade. Contudo este argumento depende da pressuposição de que o externalismo semântico não é adequado para a explicação sobre a determinação da referência de termos teóricos, uma objeção que além de já ter recebido inúmeras respostas por parte dos externalistas, não faz parte do escopo desta dissertação.

### **4.3. A crítica de Horgan e Timmons à proposta de Copp**

Para entendermos a posição de Timmons e Horgan é preciso apontar que eles dividem a resposta de Copp em duas partes. Na primeira, Copp acusa os defensores do TGM de pressupor que a diferença na referência leva necessariamente a uma diferença no significado. Na segunda parte, como vimos diversas vezes nesta dissertação, Copp busca mostrar que os naturalistas podem contar uma história de como os habitantes da terra e da terra gêmea se referem às mesmas coisas.



Timmons e Horgan elaboraram uma objeção para as respostas de Copp. Eles argumentam, contra a primeira parte, que o teste da TGM não pressupõe que a diferença na referência acarreta uma diferença de significado, mas sim uma diferença de atitudes seria responsável pela diferença de significado, no caso moral.

Em sua segunda réplica ao TGM, Copp tenta explicar como os naturalistas morais podem contar uma história plausível cujas implicações são que, não somente os habitantes da terra e da terra gêmea usam os termos morais com o mesmo significado, mas usam também para se referir às mesmas propriedades. Copp enfatiza que há atributos comuns o bastante no papel funcional que os termos morais (da terra e da terra gêmea) e os juízos efetuam para ambos os grupos para, assim, plausivelmente supor que há características comuns na intenção referencial entre os dois grupos. Contudo, o problema dos naturalistas aqui, segundo Timmons e Horgan (2000), é a suposição ilegítima de que há uma única teoria moral verdadeira. Pois eles aqui parecem pressupor as mesmas premissas que Mackie em seu argumento da relatividade.

Assim, se as intenções referenciais forem empregadas de acordo com uma multiplicidade de teorias normativas substanciais, teremos dificuldade em explicar como poderiam as intenções de falantes originários de comunidades morais diferentes apontar uma única propriedade moral. Aqui voltamos ao problema de estabelecer o conteúdo das intenções referenciais uma vez que admitimos que elas desempenham uma função imprescindível na fixação da referência. Como disse anteriormente ainda não dispomos de trabalhos que investigam se o conteúdo das intenções referenciais acomodaria a propriedade motivacional atribuída ao significado dos juízos morais.

O problema atestado por Timmons e Horgan é que falar de florescimento e imparcialidade é muito vago. Isso ocorre porque teorias diferentes e incompatíveis entre si são igualmente compatíveis com as noções genéricas de florescimento e imparcialidade. Um problema grave com a imparcialidade é que ela carece de determinações suficientes e não pode servir para fixar a referência dos termos morais. O florescimento sofre do mesmo problema. Como afirma Timmons e Horgan:

On both Earth and Moral Twin Earth there are too many natural properties available to serve as referents of moral terms like 'good' and 'right' – specifically, the functional property definable as the 'good'-role property by a consequentialist theory *T C*, and the functional property definable as the 'good'-role property by a deontological theory *T D*. **Both properties are compatible with generic ideas of flourishing and impartiality.** It looks like appeal to referential intentions that the two groups share, involving notions like flourishing and impartiality, is too weak to pin down the referents of moral terms; moral indeterminacy results. (Timmons e Horgan, 2000, p. 145)

Diante destas considerações, Copp assume que não está totalmente satisfeito com a sua própria resposta, uma vez que as teorias causais puras gostariam, a princípio, uma semântica que explicasse a determinação da referência independentemente da psicologia do que as intenções segundo a qual mesmo significado e mesma referência.

Em geral, o que a crítica de Timmons e Horgan (2000) a Copp sugere é que a introdução da noção de intenções referenciais para mostrar que a teoria causal da referência não leva ao relativismo (quando aplicada ao caso moral) traz consigo um problema próprio da filosofia da mente. Este problema atesta que para explicarmos como temos acesso cognitivo às intenções referenciais atribuídas às outras pessoas necessitamos de inferências abduativas acerca do conteúdo destas intenções. Os críticos das teorias semânticas que empregam a noção de intenções referenciais dizem que se estas teorias não podem explicar este acesso cognitivo, então elas também não podem descrever o conteúdo das intenções. Logo, uma vez que as teorias intencionais defendem que as intenções são essenciais para a fixação e reconhecimento mútuo da referência, os críticos a acusam de impossibilitar que os ouvintes possam fixar e reconhecer a referência das palavras proferidas pelo falante, pois eles não possuem acesso cognitivo aos estados mentais intrínsecos ao falante.

Entretanto, não penso que este problema constitua um obstáculo intransponível para a semântica moral proposta por Brink e Copp no que tange o processo de determinação da referência. Minha posição fundamenta-se trabalho de Borg (2009). Se ela estiver correta, as teorias não-inferenciais criadas para explicar nosso acesso cognitivo às intenções referenciais atribuídas às outras pessoas nos mostra que a crítica de Timmons e Horgan não é tão forte quanto parece a princípio.

Retomando o raciocínio, vimos que a noção de intenção referencial introduz um problema adicional relacionado à filosofia da mente. Para sabermos quais são as intenções referenciais de um falante precisamos fazer inferências acerca dos conteúdos mentais deste falante, meramente com base na observação de seu comportamento. Isso significa que uma teoria semântica fundamentada na noção de intenções referenciais requer “contextos enriquecidos”. Em outras palavras, para entendermos que as palavras do falante denotam com sucesso, precisamos de um conhecimento sobrecarregado (ou enriquecido) do estado de coisas envolvido. Precisamos não

apenas conhecer o contexto físico e social do falante, mas também “conhecer” de maneira abduativa quais são os estados mentais do falante que subjazem suas intenções linguísticas.

Entretanto, Borg (2009) argumenta que podemos evitar a objeção do contexto enriquecido através da diminuição do intervalo entre os aspectos diretamente acessíveis em um contexto de proferimento e os aparentemente implícitos estados intencionais do falante neste contexto. Dessa maneira, segundo Borg, as intenções referenciais se tornariam acessíveis sem a necessidade do trabalho de enriquecimento inferencial por parte do ouvinte ou observador.

Este tipo de perspectiva é conhecido como concepção minimalista sobre a atribuição de intenções referenciais. Segundo estas teorias, o acesso cognitivo ao conteúdo semântico de uma intenção referencial não exige um acesso direto ao interior da mente do falante. Ela propõe que a observação do comportamento do falante revela este conteúdo. Este tipo de concepção pode ser capturada em uma teoria chamada “non-inferentialism”, segundo a qual:

the openness to the states of others exhausts our methods for assigning (certain) mental states to them. Thus there is no inferential step to be taken between seeing A behaving in manner p and assigning to A the mental state m associated with p – **we simply see another’s mental state in their behaviour.** (BORG, 2009, p. 100)

Borg sugere que a não-inferencialismo permite o acesso não-inferencial (direto) às intenções referenciais do falante. Segundo a filósofa, existem várias maneiras não-inferenciais de explicar nosso acesso às intenções referenciais desenvolvidas até o momento: a *simulation theory*, a *mirror neuron hypothesis*, a *theory-theory mindreading* e a *bodyreading* (2009, p. 101).

De acordo com a primeira, atribuímos estados mentais as outras pessoas através de um processo empático onde nos colocamos no “lugar do outro”. Assim, usamos nossos próprios mecanismos intencionais num processo em que “fingimos” ser a outra pessoa para conjecturar qual seria o encaminhamento do raciocínio caso sustentássemos as mesmas crenças e desejos desta pessoa (2009, p. 101).

Entretanto, a *simulation theory* poderia ser criticada por não rejeitar completamente a necessidade da inferência abduativa para o acesso aos estados mentais das outras pessoas. As teorias minimalistas não-inferenciais propõem na verdade que podemos *ver* as intenções referenciais expressas diretamente no comportamento das pessoas. Por isso, a *simulation theory* não é boa, pois ao requerer um processo de imaginação para *visualizarmos* os estados mentais de

um falante, ela restabelece a necessidade do enriquecimento do contexto através da inferência abdutiva, tornando o processo novamente indireto.

A *mirror neuron hypothesis*, por sua vez, não requer este tipo de raciocínio complexo. Segundo esta teoria, quando observamos o comportamento de uma pessoa, nosso cérebro recria/espelha o mesmo processo neuronal que levou aquela pessoa a se comportar daquela maneira. A *theory-theory mindreading* e *bodyreading* atestam que compreendemos as ações das outras pessoas através da classificação destas ações de acordo com leis psicológicas (por exemplo, “se A deseja x e acredita que realizar y é uma maneira de alcançar x, então, A realizará y”). Esta duas perspectivas têm sido largamente investigadas através de experiências com crianças em desenvolvimento lingüístico até quatro anos. Estes estudos mostram que as crianças desenvolvem uma teoria de atribuição de intenções referenciais primitiva sobre, por exemplo, o que as suas babás estão querendo comunicar quando apontam algum objeto (2009, p. 115).

Claro que uma vez que todas estas opções estão baseadas na atribuição de intenções referenciais através da observação do comportamento sem o recurso a inferências abduativas (conforme proposto pelas teorias semânticas minimalistas não-inferenciais), algumas similaridades nos movimentos gestuais e comportamentais do falante podem levar a atribuições equivocadas de intenções aos falantes. Isto poderia constituir uma evidência de que as intenções referenciais não são totalmente expressas pelo comportamento e assim desestabilizar o minimalismo? Borg reconhece esta questão e cita como exemplo deste problema a afirmação de Baldwin e Baird:

[T]he surface flow of motion people produce in most, if not all, cases is consistent with a multitude of different intentions. Thus when observing others in action, we rely on other sources of information – knowledge about human behaviour in general, specific knowledge about the particular individual involved, knowledge about the situation – to help to disambiguate which among the many candidate intentions is relevant in any given case...The upshot is that discerning intentions is a complex enterprise; it is knowledge driven as well as rooted in structure detection (Baldwin and Baird 2001: 175-6 *apud* Borg, 2009, p. 112)

Este problema parece nos mostrar que, em diferentes níveis, todas as teorias até agora apresentadas por Borg requerem um contexto enriquecido por inferências abduativas acerca dos estados mentais que subjazem as intenções referenciais. Contudo Borg acredita que a função das intenções referenciais não pode ser descartada do processo de identificação do significado das sentenças e por isso o raciocínio abduativo deve ser acomodado pelas teorias semânticas

minimalistas evitando o problema colocado pelo não-inferencialismo: speaker intentions “do play a part in fixing a reference for a demonstrative *and* they are recoverable only via rich, abductive means, but features” (2009, 114)

Isso poderia ser feito através da suposição de que as intenções referenciais desempenham um papel na determinação da referência quando são utilizadas para denotar itens, propriedades ou eventos dos quais possamos extrair uma idéia genérica e abstrata, que pode ser oferecida em termos funcionais ou descritivos. Esta proposta é encontrada na filosofia da linguagem e se assemelha em larga medida a aplicação de intenções referenciais no caso moral por Brink e Copp, embora eles não mencionem trabalhos nesta área.

## 5. Conclusão

Vimos que a tradição em metaética apresenta o argumento da questão aberta como o primeiro argumento de natureza semântica a favor de teorias anti-realistas ou não-cognitivistas que Moore empregou contra o realismo naturalista analítico. Boyd, então, procurou responder ao argumento baseado na teoria semântica naturalista sintética de Kripke. Contudo, Horgan e Timmons reformularam o argumento de Moore de acordo com a experiência de pensamento da Terra Gêmea de Putnam aplicada ao caso moral para refutar o naturalismo moral sintético de Boyd. Em seguida, Brink e Copp recorrem a um recurso encontrado na semântica naturalista do próprio Putnam, a saber, a noção de intenções referenciais, para responder ao argumento da Terra Gêmea Moral. Finalmente vimos que esta estratégia mantém a determinação da referência moral a salvo de argumentos como o TGM, mas ainda permanece um desafio para as teorias realistas morais naturalistas sintéticas acomodar a dimensão motivacional atribuída ao significado dos termos e sentenças morais.

## Conclusão

Nesta dissertação, percorri o seguinte caminho argumentativo:

No primeiro capítulo, procurei a princípio esclarecer algumas distinções conceituais importante para o desenvolvimento da dissertação. A primeira delas foi a distinção epistêmica entre o cognitivismo e o não cognitivismo; onde o debate gira em torno da possibilidade de atribuição de valor de verdade aos juízos morais. Os cognitivistas optam pela alternativa segundo a qual os juízos morais são verdadeiros ou falsos e, portanto podem constituir um autêntico conhecimento moral. Já os não cognitivistas acreditam que os juízos morais não constroem conhecimento, dado que não possuem valor de verdade por estarem voltados às emoções e sentimentos internos.

A segunda distinção mencionada neste capítulo é aquela entre o realismo e o anti-realismo moral. Aqui, focalizamos as propriedades morais e perguntamos se elas são reais e, portanto, permitem conferirmos valor de verdade aos juízos morais. Os filósofos chamados “realistas” acreditam que tais propriedades existem objetivamente, enquanto os chamados “anti-realistas” negam que elas existem objetivamente, pois são propriedades cujo status metafísico depende da mente (ou mesmo da linguagem). Mostro ainda que existe uma distinção entre dois tipos de anti-realistas, os cognitivistas e os não cognitivistas. Os primeiros pensam que os juízos morais são todos falsos, enquanto os segundos concebem tais juízos como a mera expressão de emoções, desejos ou prescrições.

Em seguida, procurei formular um problema central na ética. Este problema é o de acomodar o domínio normativo e o domínio objetivo que são considerados internos à ética. Este problema é chamado “Moral problem” por Smith (1994), e “The location problem” por Jackson (1998). Esta tensão entre a objetividade e a normatividade é central para os argumentos que se seguem.

O primeiro desses argumentos ficou conhecido como a lei de Hume. Neste argumento Hume procura defender a idéia de que a partir de premissas descritivas sobre nossa experiência de mundo, não podemos deduzir conclusões morais. Isto quer dizer que podemos considerar, por exemplo, um assassinato através de descrições em termos naturais, porém não podemos extrair dessas descrições a conclusão de que matar é errado.

Posteriormente temos os argumentos de Mackie. Tais argumentos se concentram nos aspectos metafísicos e epistêmicos da lei de Hume. O primeiro é o argumento é meramente metafísico, a saber, o argumento da relatividade. Esse argumento se baseia na aparente falta de solução para desacordos morais. O segundo dos argumentos, o argumento da estranheza tem um aspecto metafísico e um epistêmico: por um lado, o realismo moral postula entidades bizarras, que são tanto objetivas, quanto normativas ou prescritivas. A parte epistêmica defende que precisaríamos de uma capacidade epistêmica *sui generis*, capaz de apreender aquelas entidades bizarras.

Ainda no primeiro capítulo reconstruí o argumento da questão aberta de Moore. Este argumento é particularmente importante, pois ele é fundamentado nos aspectos semânticos do argumento de Hume e são estes aspectos que procurei enfatizar nesta pesquisa. Moore defende que não há uma relação de sinonímia entre os termos naturais e os termos morais; deste modo os termos morais não poderiam ser definidos em termos naturais. Contudo, vimos que o argumento de Moore é um argumento analítico, pois se foca na propriedade semântica de sinonímia.

Com o objetivo de contornar o argumento de Moore, apresentei no segundo capítulo a resposta de Boyd. Seu argumento parte do princípio de que Moore se apóia excessivamente no conceito de analiticidade. Por isso, de acordo com Boyd podemos tentar uma segunda opção onde talvez possamos encontrar definições para os termos morais por meio de um argumento sintético. Para este empreendimento, Boyd se baseou nos desenvolvimentos realizados pelas teorias externalista semânticas de Kripke e Putnam.

Entretanto, vimos que o argumento da terra gêmea moral nos mostra que a teoria semântica proposta por Boyd é incompleta. Nesta experiência de pensamento, Timmons e Horgan procuram argumentar contra o realismo naturalista sintético de Boyd. Segundo eles, o argumento da questão aberta pode ser reformulado de tal forma que mesmo apoiado no argumento sintético de Boyd, o realismo moral leva ao relativismo em função do fato de que os termos morais são designadores flácidos, ou seja, os termos morais não designam sempre a mesma extensão em todos os contextos que são proferidos. Isso acontece, dizem Horgan e Timmons porque a determinação da referência no caso moral depende das disposições desiderativas do agente. Em outras palavras, Horgan e Timmons procuraram mostrar que a psicologia contribui para a determinação da referência.

Para superar este problema colocado pelo teste da terra gêmea, o terceiro capítulo procura mostrar que ainda existem respostas disponíveis para os realistas morais. A alternativa mais promissora foi elaborada por Brink e Copp em um segundo momento do realismo de Cornell. Visando bloquear o relativismo moral gerado pelo teste da terra gêmea mora, eles introduzem a noção de intenções referenciais proposta inicialmente por Putnam.

Contudo, embora a noção de intenções referenciais tenha sido considerada um instrumento essencial para a solução do problema analisado nesta dissertação, o realismo de Cornell foi o único a aplicar esta noção especificamente ao caso moral e, por isso, os recursos bibliográficos são escassos em relação ao tema.

Já na área da filosofia da linguagem as intenções referenciais são tratadas com mais profundidade. Um olhar mais atento nesta área revela que quando buscamos uma definição precisa para o conceito de intenções referenciais encontramos uma tensão entre, por um lado, teorias que se fundamentam na intuição de que as intenções do falante são, ao menos em alguns casos, relevantes para a determinação da referência; enquanto que por outro lado dispomos de teorias segundo as quais as intenções do falante são irrelevantes para a determinação da referência.

Acredito que a resposta de Brink (2001) e Copp (2007) não pode ser considerada completamente suficiente para os objetivos estabelecidos no início desta dissertação, pois a proposta semântica oferecida não vai além das sugestões de Putnam (1975). Os representantes do realismo de Cornell se limitam a mostrar que as intenções referenciais, adicionadas à teoria causal da referência, são indispensáveis para a adequada determinação da referência. Não obstante, Brink e Copp são realmente capazes de explicar o processo de determinação, mesmo no caso moral, onde seriam obrigados, de acordo com teorias internalistas sobre motivação moral, a incluir a propriedade motivacional intrínseca aos termos morais.

A partir deste ponto é importante distinguirmos os resultados desta pesquisa em duas etapas. A primeira, de caráter positivo, é de que as intenções referenciais contribuem para a fixação de propriedades morais abstratas e objetivas. O segundo resultado que esta pesquisa sugere, de caráter negativo, é o de que mesmo bem sucedida quanto à denotação de entidades morais objetivas, a noção de intenções referenciais não se apresenta como uma boa candidata para acomodar o elemento prescritivo essencialmente atribuído às entidades morais. Vejamos estes resultados separadamente abaixo.



Voltando ao primeiro resultado, vimos que embora para Brink e Copp, o conteúdo destas propriedades seja distinto, a saber, respectivamente *human flourishing* e *social-centered theory*, eles estão em acordo quanto ao modo como conhecemos estes tipos de propriedades. Para eles, entramos em contato epistêmico com as propriedades morais quando a realidade destas propriedades depende de que elas figurem ineliminavelmente na melhor explicação (abdução) que dispomos para a experiência em geral. Isso que dizer que para explicarmos muito do que acontece na realidade recorreremos à postulação de propriedades morais abstratas. Segundo Brink e Copp, é para estas propriedades gerais que nossas intenções referenciais apontam quando entram em ação em diálogos morais.

Sturgeon (1988, p. 243) oferece o exemplo do caráter moral de Hitler para ilustrar estas considerações. Ele defende que é bastante plausível citarmos o caráter moral de Hitler como parte da explicação de fatos não-morais. Poderíamos dizer que em função de Hitler ter um *mau caráter* ele cometeu muitas das atrocidades registradas pela História. Em outras palavras, empregamos propriedades morais para explicar as ações de uma pessoa. Este caso é perfeitamente acomodado pela proposta de Brink (2001) e Copp (2007) da maneira como se segue abaixo.

Atribuímos ao caráter de Hitler a propriedade moral “*mau*”, pois Hitler, através de suas ações, transgrediu determinadas normas **gerais** estabelecidas por teorias normativas substanciais. Neste caso Hitler estaria agindo contra ou tomando atitudes contrárias ao *florescimento da humanidade*, de acordo com a proposta de Brink; ou contra as normas estabelecidas por um *código estabelecido socialmente*, como vimos com Copp. Sturgeon está em pleno acordo com esta perspectiva quando diz que “*it would be difficult to find a serious work of biography, for example, in which actions are not explained by appeal to moral character: sometimes by appeal to specific virtues and vices, but often enough also by appeal to a more **general** assessment*” (1988, p. 244).

O primeiro resultado desta pesquisa nos ensina que a propriedade objetiva atribuída à elocução de termos e sentenças morais é resultado da identificação de uma propriedade geral abstrata através de uma teoria normativa substancial, por exemplo, o utilitarismo. Então as nossas intenções referenciais teriam o objetivo de denotar eventos, relações e objetos que possuem a propriedade geral de maximizar a felicidade. Dessa maneira, podemos empregar esta propriedade para explicar de maneira abdutiva o comportamento de uma pessoa. Diríamos então que a melhor explicação sobre porque está pessoa é má baseia-se no fato de que ela se comporta de alguma

forma que *não* maximiza ou promove a felicidade dos envolvidos em suas ações. A referência do termo moral *mau* neste caso é determinada não apenas pelas ações, descritas em termos naturais, que constituem a extensão do termo moral empregado; mas também pelas nossas intenções de referir àquela propriedade abstrata que extraímos a partir das observações sucessivas do comportamento da pessoa em questão e outras generalizações mencionadas por Brink (cf item 1).

O fato de que a determinação da referência, no caso dos termos morais, depende tanto dos aspectos constitutivos da extensão denotada, quanto da intenção do falante em referir a extensão em questão proporciona a objetividade requerida. Dessa maneira, as intenções referenciais habilitam a transmissão da *vontade* de falar sobre a mesma coisa. Algo que é compreendido por todos os integrantes da comunidade lingüística. Portanto, posso dizer que o primeiro resultado desta pesquisa é positivo uma vez que assegura a acomodação de uma das propriedades intrínsecas á ética: a objetividade.

Vejamos agora o segundo resultado. É importante lembrar que a razão inicial da pesquisa aqui apresentada consiste na constatação de que o desenvolvimento de teorias normativas e metaéticas tem sido prejudicado em nível metafísico, epistemológico e principalmente semântico pela ausência de explicações satisfatórias para a distinção entre as dimensões normativa e objetiva atribuídas à fenomenologia moral. Ao longo desta dissertação apresentei diversos argumentos que, fundamentados nesta distinção, foram empregados a favor de posições anti-realistas ou não-cognitivistas. Este movimento filosófico ocorreu em função da insuficiência do realismo moral naturalista em ao responder a estes argumentos e assim explicar como duas propriedades opostas em termos metafísicos (*mind-dependent* e *mind-independent*) podem ser consideradas partes necessárias de uma mesma referência denotada pelos termos morais.

A introdução da noção de intenções referenciais no modelo semântico de Cornell por Brink (2001) e Copp (2007) é importante na medida em que atualiza a concepção geral de metaética proposta por Cornell em relação à filosofia da linguagem contemporânea. Entretanto, ainda não podemos dizer com certeza esta estratégia está apta a acomodar o distinto caráter metafísico da fenomenologia moral.

Na minha visão, as teorias semânticas naturais atuais estão cada vez mais próximas de um consenso sobre o fato de que a determinação da referência e a compreensão do significado (ou seja, de sua significância racional) são dependentes de duas dimensões semânticas: a psicologia e a extensão. Algumas teorias, por defenderem que estas duas dimensões são indispensáveis,

ficaram conhecidas como teorias semânticas bidimensionais, como por exemplo, as teorias de Kaplan (1989), Chalmers (1996, 2002, 2003 e 2006), Jackson (1998 e 2004), Donnellan (1966 e 1972) e Stalnaker (1999ab). (sobre esse assunto conferir anexo 1)

A idéia de unir os projetos semânticos endossados por internalistas e externalistas não é tão nova quanto parece. Em sua primeira publicação, Gareth Evans (1973) comparou as teorias semânticas descritivista e causal em relação aos seus aspectos psicológicos e referenciais. Ele concordou com Kripke que as conexões causais entre termos e objetos são imprescindíveis na determinação da referência. Entretanto, Evans não adota a noção de batismo, pois para ele a noção causal não é suficiente para determinar a referência. De forma geral, Evans propôs que o destinatário de um nome é o objeto que satisfaz a força dominante do corpo de informação que os falantes associam ao nome.

Evans defendia que um conjunto mais complexo de elementos teóricos ou psicológicos que envolvem um conceito deve fazer parte do processo de determinação da referência proposto por Kripke. Segundo Evans, temos duas dimensões ativas quando uma palavra assume um significado: o estabelecimento de características teóricas (a priori) que envolvem o conceito e um mecanismo causal (a posteriori). Desta maneira, Evans foi o precursor da união dos dois projetos semânticos tradicionais.

De maneira específica, a estrutura semântica moral que tem como objetivo acomodar as dimensões normativa e objetiva da moralidade visa incorporar a importância psicológica do significado à sua capacidade referencial. Contudo, os detalhes da defesa dependerão da natureza normativa atribuída a esta dimensão psicológica.

O conteúdo destas dimensões semânticas ainda é alvo de intenso debate e estamos longe de uma definição unívoca para elas, mas praticamente a maioria dos filósofos contemporâneos parece admitir que a psicologia do falante e a extensão a qual ele se reporta estão causalmente conectadas. Por um lado, para uma denotação bem sucedida, o falante precisa fazer parte da correta ou adequada corrente causal com a extensão que se quer denotar. Entretanto, a psicologia interna à mente do falante, não obstante em termos objetivos e compartilháveis, exerce a função cognitiva ou racional da palavra ou sentença utilizada na denotação. Em outras palavras, a significância cognitiva de um termo nos diz quais são suas características fenomenológicas, quais são os itens indispensáveis para uma correta denotação e para que o termo serve e etc.

Contudo, o entusiasmo com o fato de que as teorias semânticas causais podem ser reparadas através da introdução da noção de intenções referenciais não pode deixar de levar em consideração que existe uma importante distinção entre a noção de *intensões* (próprias das teorias bidimensionais) e a noção de *intenções* empregada nesta dissertação. Saber se as duas noções possuem algo em comum requer argumentos e não está claro como isso pode ser feito. A primeira delas, conforme concebida inicialmente não parece ser definida em termos de estados mentais. Contudo, a noção de *intenções* é essencialmente mental. Portanto temos uma diferença básica entre teorias semânticas internalistas e externalistas.

Para as teorias semânticas internalistas ou descritivistas, o significado é determinado pela intensão. Embora haja larga discórdia acerca de uma possível definição unificada da noção de intensão, todos entendem que a intensão é um conceito não-mental e que sua concepção inicial refere-se à sua capacidade de representação, mas nada nos diz sobre a psicologia do falante. O descritivismo, na verdade, rejeitou concepções psicológicas do significado e assim, defendeu que o sentido das sentenças são proposições compartilhadas objetivamente. Nesse sentido, a psicologia do falante seria muito estranha ao modelo explanatório descritivista, pois se constituiria de estados mentais privados, uma dimensão que o descritivismo não inclui no processo de determinação da referência.

Por outro lado, as teorias semânticas externalistas que delegam à referência a responsabilidade pela determinação do significado são historicamente criticadas por negligenciarem os aspectos psicológicos inerentes ao processo de determinação da referência. Por isso, estas teorias recorrem às intenções referenciais para responder as objeções que recebeu. Portanto, é absolutamente importante percebermos que embora desempenhem funções explanatórias semelhantes nas suas respectivas teorias de origem, as noções de intensão e intenção não são a mesma coisa do ponto de vista metafísico-mental.

Como vimos ao final do terceiro capítulo, exatamente por não dispormos de uma explicação adequada para a relação entre as noções de intensão e intenção referencial, encontramos uma grande dificuldade em mostrar que as intenções referenciais conforme empregadas por Brink (2001) e Copp (2007) constituem uma noção teórica capaz de acomodar a propriedade normativa inerente aos termos e sentenças morais. Não há nada nos textos destes autores que indiquem que as intenções referenciais dos falantes seriam em alguma medida estados mentais intrinsecamente motivadores.

Além disso, ao argumentar que a noção de intenções referenciais deve ser adicionada à teoria causal da referência, chegamos a um problema metodológico próprio da filosofia da linguagem e da mente.

Para entendermos este problema de maneira mais precisa, vejamos o que está em jogo do ponto de vista metodológico. Como Borg (2009) sugere, a elaboração de uma semântica causal apoiada pelo recurso às intenções referenciais enfrenta uma tensão quanto aos aspectos formais de uma teoria semântica.

Segundo Borg, as teorias semânticas têm dificuldade em acomodar as intenções do falante. Estas teorias normalmente procedem por meio de formalização de princípios e, entretanto, para sabermos quais são as intenções de um falante empregamos meios não-dedutivos. Em outras palavras, para sabermos o conteúdo das intenções e sua função na linguagem, precisamos observar o comportamento do falante e com base nestas observações inferir que o falante possui os estados mentais intencionais em questão, dessa forma nosso conhecimento sobre as intenções referenciais é abduutivo. Borg identifica o problema da seguinte maneira:

Yet within this kind of framework [minimal causal theory of reference] any appeal to speaker intentions seems illicit. For reasoning about speaker intentions seems clearly non-deductive to work out what someone is thinking it seems we need to engage in rich, content driven inference to best explanation – the kind of reasoning the minimalist eschews en route to recovery of semantic content (Borg, 2009, p. 90)

Borg é otimista quanto ao reparo das teorias causais minimalistas da referência através do recurso às intenções do falante. Segundo ela, pesquisas recentes em ciência cognitiva mostram uma conexão segura entre certos estados mentais (incluindo as intenções lingüísticas) e o comportamento que os manifesta. Com esta observação a teoria semântica proposta por Brink e Copp adquirem uma chance de acomodar o internalismo motivacional, uma vez que uma das formulações desta tese defende que as qualidades motivacionais próprias dos juízos morais façam parte das chamadas condições de assertibilidade. Em outras palavras, existem inferências que podemos fazer acerca de certos aspectos do comportamento de quem emite um juízo moral que, segundo esta estratégia, nos habilitam a dizer que somente se o agente em questão tiver a intenção de usar palavras morais em função de estar motivado a agir de acordo com elas é que poderemos inferir que ele emitiu um juízo moral genuíno.

Em função desta característica espera-se que o agente se mova de forma correspondente ao juízo emitido, mas se opostamente, o agente permanecer imóvel ou agir contrariamente ao juízo não poderemos inferir que o agente emitiu juízos morais genuínos, pois ele demonstra que não compreende realmente o verdadeiro significado dos juízos morais que emitiu. A ausência de motivação indica que a pessoa não compreende inteiramente o que está envolvido na emissão de juízos morais ou que ela está empregando palavras que não correspondem às suas intenções lingüísticas. Acredito que esta opção para a acomodação do caráter motivacional da linguagem moral está disponível para Brink e Copp e parece ser capaz de aproximar a noção de intenções referenciais ao modelo motivacional internalista.

Mesmo que esta seja uma proposta ainda a ser realizada, nesta pesquisa foi possível concluir que a estratégia semântica adotada por Cornell para responder ao argumento da terra gêmea moral é capaz de explicar como os mesmos termos morais, proferidos em diferentes contextos morais substanciais, denotarem extensões diferentes, ainda podem ser empregados com as mesmas intenções referenciais. O reconhecimento mútuo desta simetria entre as intenções abre a possibilidade de acordo moral, logo determinação objetiva da referência.

## Referências

ANSCOMBE, G. E. *Intention*. Oxford: Basil Blackwell, 1957.

AUDI, R. Internalism and Externalism in Moral Epistemology. *Logos* v. 10, 1989.

\_\_\_\_\_. *Practical reasoning*. London: Routledge, 1989.

AYER, A. J. *Language, truth and logic*. Harmondsworth, UK: Penguin Books, 1971. (Originalmente publicado em 1936).

BALL, S. Reductionism in Ethics and Science: A Contemporary Look at G.E. Moore's Open-Question Argument. *American Philosophical Quarterly*. v. 25. p. 197- 213, 1988.

BAIER, KURT. Moral Obligation. *American Philosophical Quarterly*, v. 3, 1966.

BENEDICT, R. *Patterns of culture*. Boston MA: Houghton Mifflin, 1934.

BJÖRNSSON, G., Why Emotivists Love Inconsistency. *Philosophical Studies*, 2001.

BLACKBURN, S. Metafísica. In: BUNNIN, N. (org.) e TSUI-JAMES, E. P. (org.) *Compêndio de filosofia*, Título original: The Blackwell companion to philosophy. Org. São Paulo: Editora Loyola, p. 77, 2007.

\_\_\_\_\_. *Essays in quasi-realism*. New York: Oxford University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Ruling passions: a theory of practical reason*. Oxford Clarendon Press, 1998.

BOYD, R. Finite Beings, Finite Goods: The Semantics, Metaphysics and Ethics of Naturalist Consequentialism, Part I" in *Philosophy and Phenomenological Research* v. 66, 2003.

\_BOYD, R. On the current status of scientific realism. In: BOYD, R.; GASPER, P.; TROUT, J. D. (org). *The philosophy of science*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

\_\_\_\_\_. How to be a moral realist. In: SAYRE-McCORD (ed.) *Essays on moral realism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, p.181-228. 1988.

BORG, E, The place of referential intentions in linguistic content in *Manuscrito*, Campinas, v. 32, n. 1, p. 85-122, 2009.

BRANDT, Richard. *A theory of the good and right*. NY: Oxford University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Ethical Theory: The Problems of Normative and Critical Ethics*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1959.

BRINK, David. Realism, naturalism, and moral semantics. *Social philosophy and policy*, v. 18, 2001.

\_\_\_\_\_. *Moral disagreements*. New York: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. *Moral realism and the foundations of ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CHALMERS, David. Epistemic two-dimensional semantics. *Philosophical Studies*, 118 (1-2):153-226, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Conscious Mind*, Oxford Clarendon Press, 1996.

COPP, David. *Morality in a natural world: selected essays in metaethics*, Cambridge University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Moral naturalism and three grades of normativity. In *Normativity and Naturalism*, ed. Peter Schaber 7-45 Frankfurt: Ontos-Verlag, 2004.

\_\_\_\_\_. Realist-expressivism: a neglected option for moral realism. *Social Philosophy and Policy*, 18: 1-43, 2001.

\_\_\_\_\_. Belief, Reason and Motivation: Michael Smith's The Moral Problem. *Ethics*, v. 108, 1997.

\_\_\_\_\_. Explanation and justification in ethics. *Ethics*, v.100. p. 237-258, 1990.

\_\_\_\_\_. *Morality, normativity and society*. NY: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Harman on Internalism, Relativism and Logical Form. *Ethics*, v 92, 1982.

\_\_\_\_\_. Moral Realism: Facts and Norms. *Ethics* v. 101, 1991.

COPP, David & ZIMMERMAN, D (ed.). *Morality, Reason, and Truth*. Totowa, NJ: Rowman & Allanheld, 1985.

COPP, David & SOBEL, David. Against directions of fit. *Analysis*, v. 61, 2001.

CUNEO, Terence D. An externalist solution to the Moral Problem. *Philosophy and Phenomenological Research* v. 59, n. 2 , 1999.

DANCY, Jonathan. *Ethics without Principles*. Oxford: Clarendon Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Practical reality*. Oxford: Oxford University Press, 2000.



\_\_\_\_\_. Why there is no such thing as the theory of motivation. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 95, p. 01-18, 1995.

\_\_\_\_\_. *Moral reasons*. Oxford: Blackwell, 1993.

DARWALL, Stephen. *Impartial reason*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

DONOGAN, Alan. *The theory of morality*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

DRIVER, Julia. *Uneasy virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FITZPATRICK, William. *Teleology and the norms of nature*. NY: Garland. 2000.

FOOT, P. Moral realism and moral dilemma. *Journal of philosophy*, v. 80, 1983.

\_\_\_\_\_. *Virtues and vices*. Oxford: Basil Blackwell. 1978.

\_\_\_\_\_. Morality as a system of hypothetical imperatives. *Philosophical Review*, v. 81. 1972.

FRANGIOTTI & DUTRA. (orgs.), *Argumentos filosóficos* Florianópolis: núcleo de Epistemologia e lógica, 2001.

FRANKENA, W. The Naturalistic Fallacy. *Mind* v. 48, p. 464-477, 1939.

\_\_\_\_\_. Obligation and motivation in recent moral philosophy. In: MELDEN, A. I. *Essays on Moral Philosophy*, Washington: University of Washington Press. 1958.

GARCIA-CARPINTERO, M. e MACIÀ, J. (org.) *Two-dimensional semantics*. Oxford University Press, 2006.

GAUTHIER, David. *Morals by agreement*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

GEACH, P. Ascriptivism. *Philosophical Review*, v. 69, p. 221-225, 1960.

\_\_\_\_\_. Assertion. *Philosophical Review*, v. 74, p. 449-465, 1965.

GIBBARD, Allan. *Thinking how to live*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Normative and recognitional concepts. *Philosophy and phenomenological research*, v. 64, pp. 151-167, 2002.

\_\_\_\_\_. *Wise choices, apt feelings*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

GREENE, Joshua. The secret joke of Kant's soul. In: SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders and development*. Vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.

HALDANE & WRIGHT (eds.). *Reality, representation and projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

HARE, R.D. *Without conscience: The disturbing world of the psychopaths among us*. NY: Pocket Books, 1993.

HARE, R.D., WILLIAMSON, S.E., HARPUR, T.J. Psychopathy and language. In Moffitt e Mednick (eds.) *Biological contributions to crime causation*. Dordrecht, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1988.

HARMAN, G. Ethics and observation. In: SAYRE-MCCORD, G. *Essays on moral realism*. New York: Cornell University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. Moral explanations of natural facts – can moral claims be tested against reality. *Southern journal of philosophy*, v. 24, p. 57-68, 1986.

\_\_\_\_\_. *The nature of morality*. New York: Oxford University Press, 1977.

\_\_\_\_\_. Moral relativism defended. *Philosophical Review*, 84, 1975.

HARMAN, G.; THOMSON, J. *Moral Relativism and Moral Objectivity*. Oxford: Blackwell, 1996.

HARE, R. M. *A Linguagem da Moral*, trad. Eduardo Pereira & Ferreira. SP: Martins Fontes, 1996.

HEMPEL, C. G. *Aspects of scientific explanation and other essays*. NY: Free Press, 1965.

HOOVER, B. (ed.) *Truth in ethics*. Oxford: Blackwell, 1996.

HONDERICH, T., *Morality and objectivity*, London: Routledge & Keagan Paul, 1985.

HURKA, Thomas. *Virtue, vice and value*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Trad. de Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. SP: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ensaaios morais, políticos e literários*. Ed. por Eugene Miller. RJ: Ed. Topbooks, 2004.

- JACKSON, Frank. Why we need A-intensions. *Philosophical Studies* 118 (1-2):257-277, 2004.
- \_\_\_\_\_. *From metaphysics to ethics: a defence of conceptual analysis*, Oxford University Press, 1998.
- JACKSON, F.; PETTIT, P. Moral functionalism and moral motivation. *Philosophical Quarterly*, v. 45, 1995.
- JOYCE, R. *The myth of morality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KITCHER, P. The naturalists return. *Philosophical review*, 101 (1): 53-114, 1992.
- KORSGAARD, C, M. *The Sources of Normativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.
- KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- LAFOLLETE, H. (org.): *The Blackwell guide to ethical theory*. Oxford: Blackwell, 2000.
- LEWIS, D. Desire as belief. *Mind*, 1988.
- \_\_\_\_\_. *On the plurality of worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- LIPTON, P. *Inference to the best explanation*. London: Routledge, 2005.
- MOORE, G.E. *Principia ethica*. trad. Maria Manuela Rocheta Santos & Isabel Pedro dos Santos, Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1999.
- MACKIE, J.L. *Ethics: inventing right and wrong*. New York: Penguin, 1977.
- MCDOWELL, John. *Mind, value, and reality*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998.
- McNAUGHTON, D. *Moral vision: an introduction to ethics*. Oxford: Blackwell, 1988.
- MILLER, Alexander. *An introduction to contemporary metaethics*. Cambridge: Blackwell publishing, 2003.
- MOLL, J.; OLVEIRA-SOUZA, R.; ZAHN, R.; GRAFMAN, J. The cognitive neuroscience of moral emotions. In: SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders and development*. Vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.
- MOORE, G. E. *Principia ethica*. Trad. Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos, Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1999 (originalmente publicado em 1903).

- NAGEL, T., *The possibility of altruism*, Princeton: Princeton University Press, 1970.
- NICHOLS, Shaun. *Sentimental rules: on the natural foundations of moral judgment*, Oxford University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. Is it irrational to be amoral? How psychopaths threaten moral rationalism. *Monist*, 85(2), 285-304, 2002.
- NOLAN, Daniel. Platitudes and Metaphysics In: BRADONN-MITCHELL, David; NOLA, Robert. *Conceptual analysis and philosophical naturalism*. Cambridge: MIT Press, 2009.
- NORTON, David (ed.). *The Cambridge companion to Hume*. NY: Cambridge University Press, 1993.
- O'LEARY-HAWTHORNE, J.; PRICE, H. How to stand up for non-cognitivists. *Australasian Journal of Philosophy*, Volume 74, 2, p. 24, 1996.
- PAPINEAU, D. The poverty of analysis. *Aristotelian society supplementary*, vol.83, 1-30, 2009.
- PUTNAM, H. The meaning of "meaning". In: *Mind, language and reality*, Cambridge University Press, 1975.
- QUINE, W. On the nature of the moral values. In: *Theories and things*, Harvard University Press, p. 63 1981.
- \_\_\_\_\_. Dois dogmas do empirismo in: *Ensaio*. Coleção Os Pensadores 2ªed. SP: Abril Cultural, 1980a.
- \_\_\_\_\_. Espécies naturais in: *Ensaio*. Coleção Os Pensadores 2ªed. SP: Abril Cultural, 1980b.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia naturalizada in: *Ensaio*. Coleção Os Pensadores 2ªed. SP: Abril Cultural, 1980c.
- RACHELS, James. *Elementos de Filosofia Moral*. trad. F. J. Azevedo Gonçalves. Lisboa: Gradiva, 2004.
- RAILTON, Peter. Normative force and normative Freedom: Hume and Kant, but not Hume versus Kant. In: *Facts, values and norms: essays toward a morality of consequence*, Cambridge University Press, 2003, pp. 322-352.
- \_\_\_\_\_. *Facts, values and norms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. Moral realism: prospects and problems. In: SINNOTT-ARMSTRONG & TIMMONS (eds.) *Moral Knowledge*. NY: Oxford University Press, 1996a.

\_\_\_\_\_. Subjective and objective. In: HOOKER, B. (ed.) *Truth in ethics*. Oxford: Blackwell, 1996b.

\_\_\_\_\_. Made in the shade: moral compatibilism and the aims of moral theory. *Canadian Journal of Philosophy*. v. 21, p. 79-106, 1995.

\_\_\_\_\_. What the non-cognitivist helps us to see the naturalist must help us to explain. In: HALDANE & WRIGHT (eds.). *Reality, representation and projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993a.

\_\_\_\_\_. Nonfactualism about normative discourse. *Philosophy and Phenomenological Research*. v. 52, p. 961-8, 1992.

\_\_\_\_\_. Some Questions About the Justification of Morality. *Philosophical Perspectives*, v. 6: 27-54. 1992.

\_\_\_\_\_. Naturalism and prescriptivity. *Social Philosophy and Policy*, v. 07, p. 151-74, 1989.

RAILTON, Peter. Moral realism. *Philosophical Review*, v. 95, p. 163-207, 1986.

ROSKIES, Adina. (2003). Are ethical judgements intrinsically motivational? Lessons from acquired sociopathy. *Philosophical Psychology*, v.16. n.1. pp. 51-66.

\_\_\_\_\_. (2008). Internalism and the Evidence from Pathology. In SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders and development*. vol. 3. Cambridge: MIT Press.

SAYRE-McCORD, G. The metathetical problem. *Ethics*, October 1997, 108: pp 55-83.

SCHROEDER, Mark. *Slaves of the Passions*, New York: Oxford University Press, 2007.

SHAFER-LANDAU, R. *Moral realism: a defence*. Oxford University Press, 2003.

SOAMES, S. *Reference and description: a case against two-dimensionalism*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

STURGEON, Nicholas. Moral Explanations Defended," in James Dreier, ed., *Contemporary Debates in Moral Theory*. Oxford: Blackwell, 241-62, 2006.

\_\_\_\_\_. Moral Disagreement and Moral Relativism," *Social Philosophy and Policy* 11, 1994.

\_\_\_\_\_. Nonmoral explanations. *Philosophical Perspectives* 06, 97-117, 1992.

\_\_\_\_\_. Moral explanations. In Sayre-McCord (ed.) *Essays on Moral Realism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 229-55. 1988.

\_\_\_\_\_. Harman on moral explanations of natural facts. *Southern Journal of Philosophy*. 1986a.

\_\_\_\_\_. What difference does it make whether moral realism is true? *Southern Journal of Philosophy*, v.24, 1986b.

\_\_\_\_\_. Gibbard on moral judgment and norms. *Ethics*, 96 (1): 22-33, 1985.

SAYRE-McCORD, G. *Ethics without Principles*. Oxford: Clarendon Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Essays on moral realism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. The many moral realisms. *Southern Journal of Philosophy*, v.24, p. 1-22, 1986.

SCHWARTZ, S. (ed.) *Naming, necessity and natural kinds*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977.

SEARLE, John. How To Derive "Ought" from "Is". *Philosophical Review*. vol 73, pp 43-58. 1964.

SINGER, Peter (ed.). *A companion to ethics*. Oxford: Blackwell. 1991.

SINNOTT-ARMSTRONG e TIMMONS. *Moral knowledge? New Readings in Moral Epistemology*, Oxford: Oxford University Press, 1996.

SLOTE, Michael. *Morals form motives*: Oxford: Oxford University Press, 2001.

SMITH, Michael. Which passions rule? *Philosophy and Phenomenological Research*. v.65, p. 157-63, 2002.

\_\_\_\_\_. Some not-much-discussed problems for non-cognitivism in ethics. *Ratio*, v. 14, 93-115, 2001.

\_\_\_\_\_. Response-dependence without reduction. *European Review of Philosophy*, v.3, p. 85-108, 1998.

\_\_\_\_\_. In Defense of *The Moral Problem*: A Reply to Brink, Copp and Sayre-McCord. *Ethics* v. 108, 1997.

\_\_\_\_\_. The argument for internalism: reply to Miller. *Analysis*, v. 56, p. 175-83, 1996a.

\_\_\_\_\_. Internalism's wheel. In: HOOKER, B. (ed.) *Truth in ethics*. Oxford: Blackwell, 1996b.

\_\_\_\_\_. *The moral problem*. Oxford: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. Why expressivists about value should love minimalism about truth. *Analysis*, v. 54, p. 01-11, 1994b.

\_\_\_\_\_. Minimalism, truth-apitude and belief. *Analysis*, v. 54, p. 21-6, 1994c.

\_\_\_\_\_. Objectivity and moral realism: on the significance of the phenomenology of moral experience. In: HALDANE & WRIGHT (eds.). *Reality, representation and projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993a.

\_\_\_\_\_. Colour, transparency and mind-independence. In: HALDANE & WRIGHT (eds.). *Reality, representation and projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993b.

\_\_\_\_\_. Objectivity and moral realism: on the significance of the phenomenology of moral experience. In: HALDANE & WRIGHT (eds.). *Reality, representation and projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993c.

\_\_\_\_\_. Valuing: desiring or believing? In: CHARLES, D. & LENNON, K. (eds.) *Reduction, explanation and realism*. Oxford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Dispositional theories of value. *Proceedings of the Aristotelian Society*, supp, 89-110, 1989.

\_\_\_\_\_. On humeans, anti-humeans and motivation: a reply to Pettit. *Mind*, v.97, 589-95, 1988.

\_\_\_\_\_. Reason and desire. *Proceedings of the Aristotelian Society*. 1988.

\_\_\_\_\_. The humean theory of motivation. *Mind*, 1987.

\_\_\_\_\_. *Desires and belief of one's own*  
<http://www.princeton.edu/~msmith/mypapers/Desires...and%20Beliefs....pdf>

\_\_\_\_\_. *External reasons*.  
<http://www.princeton.edu/~msmith/mypapers/External%20Reasons%2022-7-03.pdf>

\_\_\_\_\_ & SOSA, Ernest. *Ethics and the A Priori : Selected Essays on Moral Psychology and Meta-Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press 2004.

TERSMAN, F. *Moral Disagreement*. Cambridge University Press, 2006.

TIMMONS, M. *Morality without foundations: a defense of ethical contextualism*. New York: Oxford University Press, 1999.

TIMMONS, M.; HORGAN, T. New Wave moral realism meets moral Twin Earth. *Journal of philosophical research*, 16: 447-65, 1991.

\_\_\_\_\_. Troubles for New Wave moral semantics: the “Open Question Argument” revived. *Philosophical Papers*, 21: 153-75, 1992a.

\_\_\_\_\_. Troubles on moral Twin Earth: moral queerness revived. *Synthese*, 92: 221-60, 1992b.

\_\_\_\_\_. Troubles for Michael Smith’s Metaethical Rationalism. *Philosophical Papers*, 25: 203-31, 1996.

\_\_\_\_\_. Copping Out on Moral Twin Earth, *Synthese*, 124:139-52, 2000.

\_\_\_\_\_. Analytical Moral Functionalism Meets Moral Twin Earth In RAVENSCROFT, Ian (org.). *Minds, Ethics and Conditionals*. Oxford; Clarendon Press, 2009.

THOMSON, J.J. *Rights, restitution and risk: Essays in moral theory* (Ed.) Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1986.

TRESAN, J. Metaethical internalism: another neglected distinction. *Journal of Ethics*, 13 (1), 2009.

WEDGWOOD, Ralph. *The Nature of Normativity*. Oxford: Clarendon Press, 2007.

WIGGINS, David. Truth, invention and the meaning of life. In: SAYRE-McCORD, G. *Essays on moral realism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1988.

WIGGINS, David. Cognitivism, naturalism and normativity: a reply to Railton. In: HALDANE & WRIGHT (eds.). *Reality, representation and projection*. Oxford: Oxford University Press, 1993a.

WILLIAMS, B. *Ethics and the Limits of Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

WRIGHT, C. *Truth and objectivity*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Moral values, projection and secondary qualities. *Proceedings of the Aristotelian Society* p. 01-26, 1988a.

\_\_\_\_\_. Realism, antirealism, irrealismo, quasi-realism. *Midwest Studies in Philosophy*. v. 12, p. 25-49, 1988b.



## APÊNDICE – A OPÇÃO DAS TEORIAS BIDIMENSIONAIS

Nesta dissertação abordei apenas uma versão metaética de realismo moral naturalista, a saber, o realismo de Cornell. Contudo, a introdução da noção de intenção referencial pelos realistas de Cornell, com o objetivo de bloquear os resultados indesejados acarretados pelos argumentos anti-realistas, nos levou à conclusão de que duas dimensões semânticas/metafísicas contribuem para a determinação da referência: a psicologia do falante e a extensão.

As teorias semânticas que defendem que estas duas dimensões são imprescindíveis para a compreensão do significado das palavras e sentenças ficaram conhecidas como teorias bidimensionais do significado. A aplicação das teorias bidimensionalistas no caso moral gerou uma versão de funcionalismo moral (*Canberra Plan*)<sup>19</sup>. Vejamos como estas perspectivas filosóficas com mais precisão.

Para Jackson e Pettit (1995), a referência é fixada por descrições contendo um número suficiente das platitudes<sup>20</sup> que envolvem os conceitos morais e que são necessárias para a compreensão desses conceitos. Estas descrições são acomodadas por uma dimensão do significado responsável pelas diferenças de valor cognitivo e, portanto, da conexão entre conteúdo semântico e comportamento. Assim, uma platitude é essencial para a compreensão dos termos morais quando ela desempenha um distinto papel inferencial em juízos da razão prática.

<sup>19</sup> O termo “Canberra Plan” foi empregado pela primeira vez por John O’Leary-Hawthorne e Huw Price em “How to stand up for non-cognitivists” (*Australasian Journal of Philosophy*, Volume 74, Issue 2, 1996, p. 24) para denominar uma corrente filosófica surgida em meados da década de 60 e definitivamente estabelecida na década de 90, influenciada por Ramsey, mas integrada por J.J. Smart, David Lewis, Frank Jackson, Michael Smith, Philip Pettit, David Armstrong, Daniel Nolan entre outros. Para os proponentes desta corrente, a função essencial da filosofia não é a de se comprometer com teorias sintéticas, mas a de produzir uma análise a priori dos conceitos empregados no pensamento comum, onde o primeiro passo consiste em capturar todas as platitudes popularmente associadas (ou por especialistas) ao conceito (ex: cor, classe social, causalidade, elétron, gene, justiça, livre-arbítrio) e depois buscar nas teorias científicas os itens que satisfazem o conjunto de platitudes em questão. Existe uma tensão metafilosófica entre a filosofia enquanto análise conceitual e o novo naturalismo filosófico pós Kripke-Putnam. Apenas como exemplo, Smith argumentou em comunicação durante a conferência *The Challenge of Philosophical Naturalism* no Rutgers Institute for Law em 2005 que embora seja uma questão empírica saber como as pessoas estão realmente usando as palavras para expressar os conceitos que serão submetidos à análise a priori, isto não depõe contra a necessidade de tal análise ou de sua aprioricidade.

<sup>20</sup> Platitudes são considerações teóricas similares às descrições definidas associadas a um conceito; entretanto, são consideradas as descrições mais triviais associadas ao conceito sob análise. A noção de *platitudes* é parte da estrutura de análise conceitual empregada pelo Canberra Plan. Este tipo de análise busca identificar o conjunto de suposições amplamente aceitas acerca de um conceito ou um fenômeno com o objetivo de explicar e descrever a função ou aplicabilidade deste conceito. Uma vez que temos todas as platitudes relevantes agregadas num único conjunto teórico, estamos aptos a identificar a função cognitiva do conceito em questão e até mesmo a localização da referência. A função teórica do conceito extraída a partir do conjunto de platitudes é representada através das *Ramsey-sentences*, uma explicação introdutória sobre este mecanismo pode ser encontrada em NOLAN, Daniel. *Platitudes and Metaphysics* In: BRADONN-MITCHELL, David & NOLA, Robert. *Conceptual analysis and philosophical naturalism*. Cambridge: MIT Press, 2009.

Por exemplo, as platitudes que envolvem o conceito “Superman” são absolutamente diferentes das platitudes que envolvem o conceito “Clark Kent”, logo os termos desempenham funções inferenciais diferentes, levando Lois Lane a ter diferentes reações comportamentais diante da consideração dos dois conceitos.

Quando conhecemos uma porção suficiente de descrições ou platitudes que envolvem um conceito, estamos aptos a investigar que tipo de coisas é passível de se apresentar como a referência deste conceito. Nesse sentido os conjuntos descritivos que contêm tais platitudes são conhecíveis *a priori* na medida em que as conhecemos somente com base na investigação conceitual das platitudes que governam o uso da linguagem moral, independentemente de como o mundo atual venha a ser.

O funcionalismo moral analítico de Jackson e Pettit ainda não chega a ser uma aplicação extensiva da semântica bidimensional, mas é, em parte, o desdobramento de uma tendência metodológica diferente do naturalismo metafísico (desenvolvido por Cornell). A abordagem de Canberra procura oferecer uma análise conceitual das sentenças morais com o objetivo de apresentar condições necessárias e suficientes para que a sentença seja verdadeira. Este tipo de análise conceitual pretende especificar a extensão do termo moral não apenas com respeito ao mundo atual, mas em relação a todos os mundos possíveis (considerados como atuais).

Ao contrário do realismo de Cornell, esta perspectiva procura identificar conexões analíticas entre termos morais e termos naturais. Entretanto, não o faz com base na tradicional identificação por sinonímia, mas sim através da investigação de uma rede de associações conceituais que envolvem o termo e da função inferencial exercida por ele. Espera-se, portanto, que de alguma forma os conjuntos de descrições associadas aos conceitos morais capturem as relações e propriedades normativas responsáveis pela motivação (este processo é chamado *network style analysis*).

As teorias bidimensionais propriamente ditas consistem na reconstrução contemporânea do descritivismo. Pelo fato de haver uma grande variedade de perspectivas bidimensionais, adotarei aqui apenas a visão comumente atribuída à Chalmers (1996, 2004) e Jackson (1995, 1998, 2003 e 2004). As teorias semânticas desta natureza resgatam a distinção entre sentido e referência e defendem que temos duas maneiras de considerar a extensão de um termo ou sentença através de mundos possíveis. A primeira (extensão secundária), já conhecida através de Kripke, é imaginar como o termo ou sentença se comporta através de mundos possíveis contrafactuais. Em outras

palavras, fixamos aquilo que é denotado no mundo atual e as possibilidades alternativas são consideradas como possíveis cenários diferentes do modo como o mundo atual se apresenta. Portanto, a intensão secundária de um termo ou sentença é determinada por aquilo que o termo denota no mundo atual ou o valor de verdade da sentença no mundo atual.

A segunda maneira (intensão primária) em que podemos considerar a extensão de um termo ou sentença oferece uma nova dimensão semântica ao considerar os mundos possíveis alternativos também como atuais. Isso mostra que alguma distinção ainda permanece entre dois termos co-extensionais como “Clark Kent” e “Superman” ou “água” e “H<sub>2</sub>O”. Há uma intuição de que cada um dos termos destes pares difere do seu *relata* em alguma dimensão do significado que se perdeu no momento da identificação *a posteriori*. Uma diferença que corresponde às diferentes funções cognitivas ou racionais que os termos desempenham. As intensões primárias, portanto, são funções de mundos possíveis, considerados como atuais, para extensões.

Agora consideremos que as intenções referenciais sejam algo parecido com as intensões primárias, próprias da semântica bidimensional. Podemos, assim, aplicar esta estrutura no caso moral e utilizar a distinção entre intensão primária e secundária para acomodar as duas dimensões comumente atribuídas à moralidade. A intensão primária ficaria então responsável por carregar o componente normativo, enquanto a intensão secundária apresentaria o caráter descritivo. Mas é preciso cautela, pois diferentes interpretações metaéticas do bidimensionalismo podem favorecer teorias de natureza motivacional internalista ou externalista. Por isso, devemos estar atentos aos aspectos sutis da relação entre a intensão primária e a intensão secundária, na medida em que algumas diferenças na simetria entre estas duas dimensões do significado ou conteúdo dos termos morais podem provocar conclusões equivocadas sobre o comportamento motivacional relacionado à moralidade.

A princípio, a semântica bidimensional foi recebida com grande entusiasmo pelos defensores do internalismo, pois ela promete ser capaz de conectar a normatividade à racionalidade, garantindo assim a tese de que os estados mentais subjacentes à moralidade são necessariamente ligados à motivação ou autoridade racional. Apesar disso, podemos imaginar um cenário externalista do bidimensionalismo. Neste cenário, a motivação moral dependeria de uma relação simétrica, mas contingente.

A conexão apropriada exige que o conteúdo da moralidade endossado pelo agente assuma autoridade racional para ele, mas que também o afete emocionalmente. Entretanto, tal

dependência é contrafactualmente instável e a discrepância ou assimetria entre estas duas dimensões acarreta falhas na conexão. Sendo assim, fica difícil garantir, por exemplo, o sucesso da conexão ao associarmos uma teoria normativa substancial calcada em princípios altruístas a um modelo de racionalidade essencialmente instrumental e subjetivo. Desta forma, a autoridade, mas não o escopo da ética dependeria dos interesses e desejos dos agentes.

A análise modal da teoria humiana da motivação realizada pelas teorias bidimensionais possibilitam uma visão mais precisa da conexão entre as dimensões normativa e objetiva da ética. A princípio, os modelos motivacionais rivais parecem bastante distintos. Contudo, o uso dos operadores modais sob diferentes escopos<sup>21</sup> revelou importantes semelhanças entre os modelos.

As semânticas bidimensionais procuram restabelecer a função da psicologia nas teorias do significado, que até então eram monopolizadas pela teoria causal da referência. Na medida em que as teorias bidimensionais revelam uma ligação necessária entre os conceitos e a função que eles desempenham na cognição, podemos conectar os conceitos morais à motivação, dado que a força motivacional atribuída às crenças morais não deixa de ser uma função que elas desempenham na cognição.

Uma segunda vantagem da teoria bidimensional consiste na sua capacidade de explicar o caráter referencial da linguagem, sua relação com o mundo externo, independente das mentes dos falantes. Logo, a teoria semântica bidimensional é uma ótima candidata a acomodar o caráter normativo e objetivo da ética, se for corretamente aplicada à teoria humiana da motivação.

---

<sup>21</sup> Os dois modos de aplicação dos operadores modais fazem com que o MJI possua uma versão *fraca*  $\Box(B \rightarrow D)$  e uma *forte*  $(B \rightarrow \Box D)$ . A relação modal entre crenças e desejos tem sido muitas vezes confundida quanto ao escopo destes operadores e assim alimentou as opções por teorias metaéticas não-cognitvistas ou anti-realistas.

1. Internalismo fraco

$\Box(B \rightarrow D)$ : Necessarily, if an agent believes that X is good, she has a desire.  
*Necessariamente*, crenças implicam desejos.

Não há mundos possíveis onde crenças não implicam desejos ou em todos os mundos possíveis crenças implicam desejos. Aqui temos uma relação de necessidade que abrange a fórmula proposicional (wide-scope). Neste caso a relação entre a proposição antecedente (B) e a conseqüente (D) é, em termos humianos, uma conjunção constante. Ou seja, crenças e desejos são existências distintas e não apresentam uma relação causal necessária.

2. Internalismo forte

$(B \rightarrow \Box D)$ : If an agent believes that X is good, she necessarily has a desire.

Neste caso, as crenças *necessariamente* implicam desejos. O *narrow-scope* abrange apenas uma das proposições que compõem a fórmula proposicional. Neste caso a implicação apresenta uma conexão necessária entre a proposição antecedente e a conseqüente.

Além disso, o bidimensionalismo parece ser capaz de explicar o desacordo sobre o que os falantes tomam como referência de seus termos morais ou valores de verdades de seus juízos morais. Uma vez que o bidimensionalismo explica como falantes competentes podem desconhecer a referência dos termos e sentenças que empregam, a teoria seria compatível com o desacordo moral.

De maneira geral, bidimensionalismo procura integrar dois componentes do significado, um para explicar a importância/significância psicológica e outra para acomodar sua capacidade referencial (ou seja, representar a realidade).

Formas alternativas de incorporar a dimensão psicológica do significado adotam uma concepção mais larga do que a semântica bidimensional original no que se refere ao que um estado psicológico precisa ser para se candidatar à inclusão na teoria semântica. Na verdade, encontramos vários fatos psicológicos relevantes para a competência lingüística e o entendimento, mas que não receberam atenção das teorias semânticas até então.

Entretanto, estar motivado, inspirado ou ter o desejo de agir de certa maneira é um tipo de estado mental diferente dos estados mentais associados às descrições. Acomodar o impulso moral na estrutura bidimensional exigirá algumas divergências em relação às formulações bidimensionais disponíveis. Ou seja, o emprego das intensões primárias para explicar a significância psicológica da linguagem moral, implica em algum distanciamento da interpretação epistêmica de Chalmers.

A grande utilidade da estrutura bidimensional é que ela incorpora uma conexão necessária entre as palavras e os estados mentais que elas expressam, independentemente das relações referenciais que ocorrem entre a linguagem e os objetos no ambiente externo. Em relação à linguagem moral, a estrutura aceita o internalismo motivacional, permitindo uma conexão necessária entre a linguagem e a motivação. Contudo, é preciso que o bidimensionalismo permita que, ao longo da intensão primária, estados psicológicos motivadores possam ser capturados.